

**Ricardo Vieira**  
**José Marques**  
**Pedro Silva**  
**Ana Vieira**  
**Cristóvão Margarido**  
(Orgs.)

**DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL  
À MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA.**  
**Estar dentro e estar fora  
para mediar e intervir**

**Título:** Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária.

Estar dentro e estar fora para mediar e intervir

**Organizadores:** Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira e Cristóvão Margarido

© 2018, Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira, Cristóvão Margarido  
e Edições Afrontamento

**Capa:** Edições Afrontamento / Departamento gráfico

**Edição:** Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

[www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt](http://www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt)

**ISBN:** 978-972-36- \_\_\_\_ - \_\_

**Colecção:** Textos/ \_\_\_\_

**Depósito legal:** \_\_\_\_/ \_\_\_\_

**N.º edição:** \_\_\_\_

**Impressão e acabamento:** Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

[geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

**Distribuição:** Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

[Comercial@companhiadasartes.pt](mailto:Comercial@companhiadasartes.pt)

Novembro de 2018

Este livro foi objeto de avaliação científica

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013.



**CICS.NOVA**  
CENTRO INTERDISCIPLINAR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais  
CICS.NOVA.IPLeiria

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Instituto Superior de Educação  
e Ciências Sociais  
Instituto Politécnico de Leiria

# Índice

<b>Introdução</b> .....	7
<i>Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira e Cristóvão Margarido</i>	
<b>I PARTE</b>	
Intervenção Social e Mediação Comunitária .....	13
<b>Capítulo 1</b>	
Da evolução do brincar na Criança ao interculturalismo: notável paralelismo.....	15
<i>Rui Matos</i>	
<b>Capítulo 2 – Vidas de rua: a mediação na (re)construção de projetos de vida .....</b>	<b>25</b>
<i>Cátia Matias e Ricardo Vieira</i>	
<b>Capítulo 3 – Da mediação intercultural num GAAF .....</b>	<b>45</b>
<i>Patrícia Simões e Ana Maria Vieira</i>	
<b>Capítulo 4 – Intervenção Social com famílias de afeto nas casas de acolhimento para crianças/jovens em perigo.....</b>	<b>61</b>
<i>Sónia Santos e Cristóvão Margarido</i>	
<b>Capítulo 5 – A mediação e a violência doméstica: do trabalho social com os agressores</b>	<b>79</b>
<i>Sandra Ribeiro e Ricardo Vieira</i>	
<b>Capítulo 6 – Avós e netos: educação, comunidade e solidariedade intergeracional.....</b>	<b>101</b>
<i>Rosa Maria da Exaltação Coutrim e Pedro Silva</i>	

## **II PARTE**

Investigação, Desenvolvimento e Mediação Comunitária..... 119

**Capítulo 7** – Em torno da diversidade: lugares, dinâmicas e investigação ..... 121

*José Carlos Marques e Luís Baptista*

**Capítulo 8** – Políticas municipais para a inclusão social. Da mediação intercultural à mediação comunitária: mesa redonda / focus group com as Câmaras da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Pombal..... 127

*Ricardo Vieira e Nelson Araújo*

## **III PARTE**

Estar Dentro e Estar Fora para Mediar e Intervir ..... 175

**Capítulo 9** – Desenvolvimento, Educação e Direitos Humanos..... 177

*Laborinho Lúcio*

**Capítulo 10** – Mediação e autonomia de crianças e jovens no sistema de acolhimento .... 191

*Maria João Leote Carvalho*

**Capítulo 11** – Políticas sociais, mediação intercultural e intrapessoal com jovens institucionalizados..... 207

*Paula Costa, Ricardo Vieira e Rui Santos*

**Capítulo 12** – A operatividade do conceito de Território Psicotrópico na intervenção comunitária..... 233

*José Luís Fernandes*

**Sobre os autores** ..... 243

**Sobre os organizadores** ..... 249

## CAPÍTULO 8

### **POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA A INCLUSÃO SOCIAL. DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL À MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA:**

#### **Mesa Redonda / *Focus Group* com as Câmaras da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Pombal**

Ricardo Vieira  
Nelson Araújo

A Mediação Intercultural faz-se, cada vez mais, de uma forma concertada, em rede com todos os parceiros sociais e em territórios concretos. E os municípios são, por excelência, a instituição mediadora entre o poder local e o poder central. Nas palavras de Carlos Giménez, a Mediação Intercultural corresponde a um

Processo que contribui para melhorar a comunicação, a relação e a integração intercultural entre pessoas ou grupos presentes num território, e pertencentes a uma ou várias culturas. É um trabalho mediante uma intervenção que abarca três aspetos fundamentais: facilitar a comunicação; fomentar a coesão social; e promover a autonomia e a inserção social orientada para a construção de um novo marco comum de convivência. (Giménez, 1997: 125-160).

A mediação comunitária surge como o corolário da mediação intercultural uma vez que se trata de a aplicar a uma comunidade que habita determinado município ou outro território. Esta mediação, bem mais desenvolvida em Espanha (Vieira, R. e Vieira, A., 2016 e Vieira, A. e Vieira, R., 2016) que em Portugal, por exemplo, implica: a) uma atenção especial à territorialidade das políticas sociais (Vieira, A. e Vieira, R., 2017; b) um diálogo interorganizacional e interinstitucional num mesmo município para que a rede de esforços e objetivos funcione como um todo e inserido num projeto holístico na prevenção e resolução de tensões e problemas sociais e na intervenção social mediadora (Milagre, C. e Rodrigues, C., 2017; Cunha, Alcobia e Alves, 2017). Toda esta intervenção implica um trabalho social implicado e de relação (Caride, 2016; Vieira, R. e Vieira, A., 2016) com as pessoas, os grupos e as populações. Isto é, com a comunidade e a partir, por exemplo, de diagnósticos sociais municipais (Silva, Margarido, Pimentel e Santos, 2016).

Deste modo, as funções do mediador intercultural vão muito para além do conceito de arbitragem em contextos de acentuada multiculturalidade e da resolução dos seus conflitos (Cohen-Emerique, 1997; Torremorell, 2008; AA VV, 2008; Vieira, R. e Vieira, A., 2016). Assim,

O mediador intercultural, do nosso ponto de vista, não pode deixar de tomar parte, como vimos. Não pode ser neutro a ponto de permitir a reprodução da injustiça, da violência e da desigualdade. Pelo contrário, terá de ser empático com todos, entrar no mundo cultural de todos, e, ao fazê-lo, está exatamente no simétrico contrário de assumir uma posição de neutralidade, também, como vimos e opta, antes, pela multiparcialidade, pelo facilitar a comunicação entre pessoas, pelo assessorar os agentes sociais na sua relação com as minorias, pelo assessorar pessoas e comunidades minoritárias, pela promoção do acesso a serviços públicos e privados, pela construção duma cidadania multicultural capaz de fazer integrações interculturais e integração social e pelo potenciar e favorecer a participação social e comunitária. Ora, todas estas funções implicam uma atitude de pedagogia social (Vieira, A. e Vieira, R., 2016), e uma tomada de posição em busca da autonomização. E, claro, estas funções não ocorrem apenas em contextos de imigração ou de trabalho com minorias étnicas. Estas funções sociais do mediador intercultural podem ser desenvolvidas em qualquer âmbito da intervenção social, seja o educativo, o social, o sociofamiliar, o comunitário, o jurídico, o laboral, ambiental, na saúde etc. (Vieira, R. e Vieira, A., 2016: 48-49).

Esta intervenção social mediadora ao serviço e com os municípios e suas populações implica investigação social: a) uma investigação socioantropológica e de cariz etnográfica para operar com proximidade com as pessoas e comunidades (Marques, Faria, Silva, Vieira e Lopes, 2016); b) uma investigação-ação para operar autonomizações (Faria e Vieira, 2016) e transformações dialógicas e multitópicas, através de uma compreensão feita a partir de vários lugares (Vieira, A., 2013).

Em síntese, trata-se de pensar e trabalhar em rede, com um município + um território + uma população heterogénea, em busca da convivência e da inclusão social onde a transformação é para todos e não apenas para quem chega ou é minoria étnica e/ou demográfica.

Os convidados para este debate, porventura inovador em Portugal, que consiste em colocar frente a frente quatro municípios a pensar as suas políticas e práticas para a inclusão social bem como os diálogos interculturais, sucessos e fracassos, não são apenas convidados. Paulo Santos, presidente da Câmara Municipal da Batalha; Ana Valentim, vereadora da Câmara Municipal de Leiria, Cidália Ferreira, ex vice-presidente e atual presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande e Diogo Mateus, presidente da Câmara Municipal de Pombal

não são apenas convidados deste evento dedicado à mediação Intercultural e Intervenção social, o 4.º realizado na ESECS-IPLeiria e desta vez subordinado ao tema «Da mediação intercultural à mediação comunitária». São também parceiros da organização deste evento e da vontade de partilhar e confrontar, nesta mesa redonda, políticas municipais perante a diversidade cultural incrementadas nos quatro concelhos.

Viver não é fácil! (Con)viver é ainda mais difícil. Verdadeiramente, viver é viver com os outros. E com os outros nós podemos fazer barreiras ou construir pontes. Efetivamente, é possível vivermos justapostos sem conviver e assegurando a manutenção de fronteiras físicas ou simbólicas (Vieira, R. e Vieira, A., 2015; Marques, 2017). Esse multiculturalismo perverso que se alimenta da separação e das fronteiras não parece ser a chave da solução para a convivência (Jares, 2007). A utopia, desde 1990, com a publicação da Declaração de Salamanca, que põe a tónica da educação inclusiva para as necessidades educativas especiais, foi caminhando para a ideia de abranger todas as diversidades sendo a inclusão vista, cada vez mais, como entidade social e cultural.

Os conceitos têm conotações que variam com os tempos e os lugares. Inclusão não é, efetivamente, sinónimo de integração, a palavra mais usada pelo senso comum. Claro que poderemos suavizar o processo uniformizador que esta última encerra, optando, por exemplo, por um conceito mais abrangente de integração intercultural.

Mas a verdade é que as palavras têm um valor muito específico, conforme a época, conforme os autores, sendo este desconhecido, tantas vezes, por muitos. E, efetivamente, a palavra integração é hegemónica nos discursos atuais estando muito incorporada nas narrativas de políticos, educadores, técnicos e profissionais diversos. Mas é preciso pensar que a integração é um conceito pensado a partir de quem acolhe/recebe. Não de quem chega. Se a sociedade que acolhe é monoculturalista, vai querer limar/corrigir as arestas e diversidades culturais para que a pessoa que chega fique integrada; se a sociedade que acolhe é plural, ela é potencialmente mais inclusiva e, portanto, está disponível para se transformar, também ela própria, para acolher em si as diversidades todas sem preocupações de uniformização cultural. Uma transformação que tem de ser, assim, bilateral (Santos, 1997).

E o que é que a mediação intercultural introduz nas políticas sociais municipais? Uma filosofia de convivência de todas as diversidades, assim como ferramentas para podermos viver juntos, o que implica termos de ser todos flexíveis identitariamente (Vieira, R., Margarido e Marques, 2013), não podendo haver lugar a fundamentalismos culturais. A conseqüente flexibilidade e a necessária (trans)formação (Vieira, A. e Vieira, R., 2016) tem de ser, não só bilateral, mas,

também, Multilateral. De contrário estaremos sempre perante fundamentalismos, monoculturalismos e a defesa acérrima de fronteiras em vez da construção de pontes para o diálogo com o(s) outro(s) (Caride, 2016; Vieira, A. e Vieira, R., 2016).

O debate que se segue teve um formato que a gíria científica designa de *Focus Group* (FG) ou de entrevista em grupo. A intenção é potenciar transformações discursivas e identitárias de si e dos outros, relativamente à visão das políticas sociais de acolhimento, a seguir à comunicação livre/monólogo de cada porta voz dos quatro municípios.

O FG, ou a entrevista em grupo, surge como uma via complementar e amplificadora, quer da redescoberta de si e dos outros, quer da (trans)formação pessoal e profissional que o confronto de ideias proporciona e promove (Vieira, A. e Vieira, R., 2008).

O papel do moderador neste tipo de entrevista é vital. Pretendia-se que fosse moderador, mediador e interpelador em consonância com a investigação. De acordo com Galego e Gomes (2005: 181) «cabe ao moderador proporcionar um clima favorável à exposição de ideias por todos os participantes, sem que haja excessiva interferência sua ou monopólio da palavra deste ou daquele membro». Desta forma, o papel do moderador, como mediador e interpelador em consonância com a investigação contribui para o alongamento das racionalidades dos participantes que se tornam potencialmente menos monolíticas e mais reflexivas. De igual modo, a palavra dada à plateia, depois de apresentadas algumas políticas sociais dos 4 municípios, permitiu alongar as racionalidades e a reflexão sobre temas comuns à mediação Intercultural e inclusão social.

Neste tipo de debate, transformado em objeto de investigação, o investigador é, muitas vezes, o moderador da entrevista / discussão em grupo. Neste caso concreto, a investigação foi também realizada por um observador/relator que usou um diário de campo para fazer um registo etnográfico do processo de condução do FG, bem como a gravação áudio e vídeo, centrando o olhar quer no coletivo, quer nas intervenções individuais e/ou na linguagem corporal assinalada quer pelos silêncios, quer pela linguagem gestual (Debus, 1997). Foi assim que foi possível ter acesso não só às vozes, literais, mas, também, à própria expressão da voz, expressões faciais e gesticulação. Estas anotações permitem ajudar a interpretar o entendimento que cada participante faz da opinião e intervenção dos outros; se há concordância ou discordância relativamente àquele que usa da palavra em determinado momento (Debus, 1997; Vieira, A. e Vieira, R., 2008).

Os dois investigadores, mediador e observador deste FG, são os organizadores deste capítulo.

## **BATALHA**

Na Câmara Municipal da Batalha (CMB), o Programa Rede Social tem como principal finalidade combater a pobreza e exclusão social numa perspetiva de promoção do desenvolvimento social. De acordo com o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, a Rede Social passou a ser definida com base nos seguintes objetivos:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do PNAI;
- Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI);
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

## **LEIRIA**

O concelho de Leiria não dispõe de um Plano Municipal para a Inclusão Social de Minorias e/ou Migrantes.

- Dispõe de uma Rede Social nos termos da Legislação em vigor.
- O Diagnóstico Social (2011) não identifica esta temática para discussão e aprofundamento não havendo qualquer referência a questões associadas nas outras temáticas identificadas (Famílias, Crianças e Jovens, Educação, etc...);
- O Município de Leiria foi «Capital da Inclusão Social» em 2016;
- As questões associadas à Inclusão Social são maioritariamente desenvolvidas por protocolos de parceira com Instituições/Entidades Parceiras que se dedicam em exclusivo ao trabalho com as Populações-alvo (Minorias Étnicas, Migrantes, etc.).

## **MARINHA GRANDE**

O concelho da Marinha Grande não dispõe de um Plano Municipal para a Inclusão Social de Minorias e/ou Migrantes.

- O Diagnóstico Social 2010-2015 não tem qualquer referência a esta temática;
- O Diagnóstico Social recém-aprovado pelo CLAS (Conselho Local Ação Social) refere que:
- Tendo em conta a existência de diversas nacionalidades a residir no concelho, em reunião do CLAS, foi decidido focarmo-nos nos indivíduos de nacionalidade Indiana, Romena e ainda nos indivíduos de Etnia Cigana.
- Tal decisão prendeu-se com o facto da imigração dos Indianos e Romanos ser uma realidade relativamente recente, precisando de um olhar atento das entidades do concelho.
- Contrariamente, a escolha pelos indivíduos de etnia cigana deveu-se à necessidade imperativa de conhecer esta realidade com o intuito de a perceber e dar resposta à problemática social que tem vindo a emergir/intensificar ao nível da coabitação com os residentes – *utilizando a máxima conhecer para melhor agir*.

## **POMBAL**

O Município de Pombal não dispõe de qualquer Plano ou Programa de Ação para a Inclusão Social direcionado para populações específicas (minorias étnicas / migrantes).

- Realizou um diagnóstico social com recurso a investigadores do CICS. NOVA.IPLEiria;
- Dispõe de uma Rede Social nos termos da Legislação em vigor;
- Tem uma Comunidade de etnia Cigana significativa instalada num bairro social municipal.

A palavra inicial é, agora, de cada um dos participantes nesta mesa redonda.

## **1.ª INTERVENÇÃO**

### **Paulo Santos – Batalha**

Duas a três considerações prévias sobre a experiência da Batalha e sobre o desafio desta temática que é feito aos autarcas, aos dirigentes políticos nacionais e, também aos europeus e por que não, à população mundial.

Para o Presidente da CMB, num país pequeno, num território pequeno, podemos fazer a diferença mesmo em problemas que são globais.

Um país pequeno, às vezes até pobre, pode juntar o conhecimento, pode juntar a capacidade de ser humanitário, e pode, também, fazer diferença naquilo que são os grandes problemas mundiais, europeus e nacionais.

A experiência de que aqui vos quero dar testemunho é inspirada até no trabalho notável de um grande português, o Eng.<sup>o</sup> António Guterres, hoje Secretário Geral das Nações Unidas, à frente de uma Organização que se dedicou à problemática dos refugiados.

Aí está um bom exemplo de como é que alguém, um português, de um país pequeno, o tal país pobre que eu referi, fez a diferença, está a fazer a diferença, que é possível com conhecimento, com concertação, neste mundo global, implementar políticas, estratégias, planos que sejam bem-sucedidos.

E o desafio que a Europa tem, que Portugal tem, no domínio dos refugiados é isso mesmo. É avaliar, estudarmos, discutirmos, mobilizarmos meios, mobilizarmos conhecimento para perceber aquilo que se passa à nossa volta, para perceber o fenómeno com que hoje estamos confrontados, os medos que se geram no processo de inclusão. Estes fenómenos [...], estas tensões entre Norte / Sul... precisam de uma solução, da mediação intercultural necessária para que a sociedade seja mais descomprimida para que possamos fazer aquilo que é o nosso objetivo: nós enquanto atores do desenvolvimento, aqueles que são os humanitários que estão no terreno, mas também aqueles que estão nas universidades a criar sinergias e a estudar estes problemas.

Como é que vamos resolver o grande desafio que a sociedade tem hoje, do meu ponto de vista, do problema dos refugiados e das migrações?

Para o Presidente da Câmara da Batalha a imigração é uma oportunidade. Sempre foi.

Num concelho com 16.000 habitantes, como é o da Batalha, nós somos beneficiários [...] naquilo que é o nosso dinamismo económico, no nosso dinamismo cultural, das comunidades imigrantes que recebemos há vários anos, de vários pontos do mundo.

Só tem sido possível, num meio que é naturalmente conservador, que tem resistências, que está marcado por uma religião fortemente católica, porque tem havido estratégia, mediação intercultural e, sobretudo, um grande espírito de missão. O mérito não é do Presidente da Câmara, mas de toda uma comunidade.

Aqui [...], este nosso ensino superior de qualidade que temos aqui em Leiria tem um papel decisivo. É o primeiro desafio que deixava aqui, enquanto agente de desenvolvimento ao agente do conhecimento: é muito importante que o conhecimento saia de dentro deste auditório.

O Professor Nuno Mangas dizia, e bem, «esta interação entre a universidade, entre o ensino superior com os agentes do local...», é decisiva para que o possamos fazer mais e mais preparados com estratégia e com eficácia. [...].

Agora a nossa abordagem, a nossa estratégia, o processo que desenvolvemos... O nosso sucesso, no caso dos refugiados, tem a ver com estas complementaridade e sinergias que soubemos criar no nosso território com as Instituições, criando alguma interação entre as diversas Instituições.

[Apresentação Power Point]

[...]. Queria chamar a vossa atenção para a experiência que tive o gosto de partilhar com cerca de 200 autarcas da Europa, num evento promovido pelo Vaticano e coorganizado pelas Senhoras Presidentes de Câmara de Madrid, Roma, Barcelona e Paris, e que contou também com a participação de uma boa parte dos Presidentes de Câmara da Europa.

A principal dificuldade identificada pelos senhores autarcas europeus foi a impreparação não só das organizações europeias, não só dos Estados e dos governos, como também a impreparação da sociedade, ao nível de política europeia e nacional dos Estados membros para a questão dos refugiados. Os europeus quando não percebem um problema, preferem pagar. Foi isso que fizemos com a Turquia, e mal. Estamos a pagar muito dinheiro, mas não estamos a resolver o problema. E a integração que estamos a fazer, ela está enxameada de medos e de, infelizmente, alguns incidentes trágicos.

O meu colega de Berlim, que estava ali comigo ao meu lado, que mal sabia que dias depois teria no território dele um fenómeno de radicalismo, relativamente a este processo de integração, dizia com razão, «hoje é o momento de pensar global, mas de agir localmente». E nós municípios, nós municípios portugueses e municípios europeus, temos as condições necessárias, a proximidade necessária para realizar com sucesso esta integração.

É isso que a Chanceler Merkl fez como política de Estado e hoje é o principal país europeu que acolhe refugiados, num processo de integração que para os alemães será decisivo quer no ponto de vista daquilo que é a sua demografia quer no ponto de vista da sua economia, porque hoje os recursos humanos na Alemanha estão numa sociedade envelhecida e é preciso que essa renovação se opere por via destes fenómenos de imigração.

Os alemães perceberam isto. Traz, naturalmente, outras consequências, mas estão a beneficiar também disso mesmo.

Para Portugal eles não querem vir porque acham que nós somos um país pobre e pequeno.

Mas eu acho que nós podemos fazer a diferença. E a diferença, que é isso que vos vou mostrar, é que hoje o município da Batalha está em Lesbos, numa ope-

ração com a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), do Dr. Rui Marques. [...]. Há muito trabalho para fazer de voluntário, de conhecimento, de terreno, e esse trabalho está a ser feito em Lesbos, em Lampedusa, e noutras zonas de grande pressão, a demonstrar que Portugal é um País acolhedor, é um País que tem capacidade para acolher refugiados. O Governo está a fazer um bom trabalho neste domínio, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista de criar a plataforma nacional para fazer essa realização. Isso aplica-se quer em relação aos refugiados, mas aplica-se a outras comunidades de imigrantes.

Nós hoje, na Batalha, estamos a comemorar o Natal ortodoxo e o Município atribuiu-lhe a maior importância porque ele reflete uma parte da sua população que tem no dia de hoje um momento religioso muito importante.

O Presidente da Câmara lá estará, daqui a pouco, no Natal ortodoxo para partilhar com aqueles que recebemos dos países de leste esse momento de referência para esta comunidade. A integração dessa comunidade no meu território foi fundamental para sectores como a construção civil, a indústria da pedra e, mais recentemente, o da indústria dos moldes.

Isso só tem sido possível com a colaboração de muita gente que está nesta área da mediação, nesta área da componente social, que tem competências e tem a capacidade de olhar para o território, olhar para a sua comunidade e, no fundo, dirimir aquilo que são os conflitos que existem, naturais, nestes processos de integração. Isso é um trabalho que resulta também muito do vosso trabalho aqui, da vossa faculdade.

No âmbito da nossa Comunidade Intermunicipal temos também desenvolvido um trabalho importante de colaboração com o IPL, mas também fora de portas. Desenvolvemos um projeto importante com Cabo Verde, procurando aqui integrar projetos já iniciados com o IPL [...]. Acho que é por aí que devemos caminhar!

[apresentação de vídeo da experiência da Batalha sobre acolhimento de refugiados].

## **Ana Valentim – Leiria**

O tema é pertinente. Podia apresentar uma série de programas no âmbito das políticas de inclusão social do Município, mas o tema hoje tem a ver com a mediação comunitária.

O que vos trago aqui é uma experiência do Município de Leiria (ML) com respeito à intervenção social junto das Comunidades Ciganas.

Para quem não sabe, o ML dispõe de Parque de Habitação Social, 109 fogos mais precisamente, e temos dois bairros sociais maioritariamente habitados por famílias de etnia cigana.

Em 2013, com a parceria de uma Associação local – a InPulsar – decidimos implementar um projeto num determinado território, designadamente, no Bairro Social Cova das Faias.

Estamos a falar de um bairro social com 38 habitações, sensivelmente 130 pessoas. E estamos a falar de um bairro com 25 a 40 crianças.

Só neste bairro temos mais crianças que em toda a freguesia de Santa Eufémia (União das Freguesias de Boa Vista e Santa Eufémia).

O que constatamos é que estas crianças, após o período escolar, simplesmente deambulam pelo bairro. Para além disso, as crianças que se encontravam em idade pré-escolar não frequentam qualquer equipamento, não frequentam um jardim de infância. O objetivo era ocupar estas crianças. Dar-lhes algum tipo de resposta que eles efetivamente não tinham naquele contexto desfavorecido.

Este foi o nosso diagnóstico. O que é nós podíamos fazer?

Com técnicos da Câmara e com a equipa da InPulsar estruturámos uma equipa multidisciplinar e, como existia uma casa devoluta no bairro, implementámos o projeto «Gira ó Bairro», que neste momento conta com a participação de cerca de 40 crianças/jovens nas várias faixas etárias.

Um dos objetivos do projeto era que estas crianças e jovens adquirissem competências sociais e pessoais. Era também minimizar muitos conflitos sociais existentes no bairro, porque estamos a falar de um bairro com famílias de etnia cigana e não cigana. Portanto, os conflitos eram constantes, havia que trabalhar com as famílias, não apenas com as crianças e os jovens, mas, também, com os pais, a este nível.

Principalmente, o que pretendíamos era a inclusão social das crianças e proporcionar-lhes atividades que eles não tinham neste contexto desfavorecido.

A avaliação que podemos fazer, ao fim de 3 anos, é muito positiva, porque este projeto possui duas vertentes: 1) possui uma vertente lúdica, de brincadeira, de convívio, de interação; 2) mas também uma vertente pedagógica, educativa, de apoio ao estudo.

Esta última parece-me a mais importante, porque ao fim de 3 anos foi possível, por um lado, minimizar e diminuir o absentismo escolar. Depois foi possível também diminuir consideravelmente o insucesso escolar. Nestes 3 anos foi possível diminuir o insucesso escolar de 90 para 50%. 90% quer dizer que praticamente todas as crianças do bairro no 1.º ciclo tinham retenções. Isto é qualquer coisa de assustador!

Por outro lado, foi possível também minorar conflitos entre as famílias e a própria escola. Hoje, a interação da escola, dos professores, com estes pais está minorada e dissipada; não há efetivamente conflitos de maior. O projeto serviu aqui, tal como o tema, de mediação intercultural, e fez a ponte entre a escola e a população do bairro.

Outra questão que me parece muito importante, é que estas famílias perceberam que quando nós «entrámos» no bairro, o nosso objetivo era trabalhar com elas no sentido de promover as suas competências, que as tinham, e principalmente ter respeito pela sua cultura e pelas suas tradições. A nossa postura ali foi: «queremos trabalhar convosco, mas vamos respeitar aquilo que é a vossa cultura!»! Não tivemos uma postura de imposição. No essencial, foi beber um pouco também da cultura cigana que estava muito presente no bairro!

Esta foi a primeira fase do projeto, mais dirigida às crianças, mais dirigida aos jovens.

Numa segunda fase, o trabalho foi mais direcionado às famílias e aos adultos. Nomeadamente ao nível de acompanhamento psicológico, articulação com os serviços do IEFP, relativamente às questões da formação profissional para os jovens NEET. Toda uma série de trabalho em rede que era necessário, naquele nicho tão pequeno, daquele bairro social, e estou a falar de um bairro que tem características geográficas muito próprias, que se encontra efetivamente isolado da rede urbana e do qual as famílias têm muita dificuldade em deslocar-se. E é isso que temos tentado promover com estas famílias, é que elas saiam o mais possível do bairro, principalmente estas crianças, ao ser-lhes proporcionadas uma série de atividades.

Posso-vos dizer que há cerca de um mês teve início uma atividade com adultos, adultos masculinos: jogos de futebol no próprio bairro. Nunca pensei que o futebol tivesse esta capacidade de agregar as pessoas em contexto de bairro social, porque os próprios residentes do bairro acabam por chamar os amigos, os familiares, e até pessoas de outros bairros.

O Bairro Social Cova das Faias e o Bairro Social da Integração são bairros rivais e eventualmente com este tipo de atividades pode ser possível minorar esta rivalidade latente.

Uma particularidade para transpor aquilo que o Senhor Presidente da Batalha referiu, e que tem a ver com o seguinte: no âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020, a CML efetuou uma candidatura ao PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – sendo um dos eixos o dos Grupos Desfavorecidos. Felizmente essa candidatura foi aprovada e vamos ter a possibilidade de reabilitar 4 bairros de habitação social. Mas esta intervenção e esta candidatura possuem uma componente que eu considero muito interessante.

Vamos ter financiamento para fazer a obra, a parte física, mas temos uma obrigatoriedade que é a de implementar projetos imateriais nestes bairros, nestes contextos desfavorecidos. As intervenções visam melhorar os acessos, as vias, as habitações, mas vamos ter outro tipo de intervenção: vamos fazer intervenção social: implementar projetos que tenham impacto positivo na vida destas famílias! Porque efetivamente essa avaliação vai ser efetuada posteriormente.

Para complementar o projeto «Gira ó Bairro» temos também um outro projeto em funcionamento, este mais recente, de 2015, que é o projeto «Il Trovatore», que decorre de uma parceria com outra entidade – SAMP.

Trata-se de um projeto que possui uma vertente mais artística, musical e que pretende proporcionar a estes miúdos atividades de música, de cultura, de dança também em contexto de bairro. Posso-vos dizer que no dia do Cigano, no ano passado, a Orquestra da SAMP foi ao bairro e atuou no bairro social Cova das Faias. O facto é que também as famílias do bairro social Cova das Faias já foram à SAMP assistir a algumas atuações da própria Orquestra.

A Gala da Inclusão é um evento organizado entre o IPL e o Município de Leiria, sendo que na edição de 2015 a atuação de abertura foi com este grupo de famílias que estão integradas no projeto «Il Trovatore».

O objetivo: «dar palco» a estas famílias, com uma atuação no Teatro José Lúcio da Silva (TJLS), quando eu estou profundamente convicta que a maioria nunca tinha entrado no Teatro, quanto mais estar no palco do TJLS. Esta é a experiência que nós temos tido especificamente com famílias de etnia cigana.

Trago-vos um pequeno vídeo que foi produzido no âmbito do Dia Municipal para a Igualdade que assinalámos no dia 24 de outubro de 2016. O que foi pedido às crianças e aos jovens do projeto foi que falassem um pouco daquilo que era a igualdade em contexto de bairro social e nomeadamente o que é a igualdade na cultura cigana.

[Visionamento de Vídeo]

Como perceberam estas crianças estão felizes. Apelidam o projeto «Gira ó Bairro», como «a escolinha». Mas devo-vos dizer que não foi nada fácil a implementação deste projeto naquela pequena comunidade.

A equipa teve muitas dificuldades em se inserir, mas as famílias realmente perceberem que os técnicos estavam ali para trabalhar com eles.

Existe um aspeto que ainda vamos continuar a trabalhar, que é a questão da discriminação. Para todos os efeitos ainda existe segregação e é necessário tentar diluir estes comportamentos, até mesmo no contexto do próprio bairro. Não é fácil, mas é esse um dos desafios de quem faz intervenção social.

## **Diogo Mateus – Pombal**

É muito importante também para nós que desenvolvemos, concebemos e executamos políticas públicas, sociais no caso, podermos estar aqui convosco para ouvir as vossas perguntas depois de apresentar aquela que tem sido a nossa capacidade de resposta, mas, sobretudo, fazer uma discussão com um nível técnico acima da média para também escrutinar o trabalho que temos vindo a fazer.

Como já perceberam por estas intervenções que foram feitas pelo Senhor Presidente de Câmara e pela Vereadora, esta é uma matéria que também é nova para nós e nós temos um percurso de 40 anos de poder democrático onde começámos por fazer uma coisa essencial que era suprir carências: não há escola tem que haver; não há casas tem que haver; não há estrada tem que haver; não há água tem que haver!

E hoje, quase todas estas intervenções tinham a ver com temas muito mais importantes, que era: e como é que tudo isto tem funcionado? As casas e a sua utilização é feita de modo adequado? A formação que nós damos é consequente para o trabalho? A organização das famílias atinge-se quando essas necessidades materiais são atingidas? E nós vamos sentindo que isso não é verdade!

Quando olhamos para o título desta conferência [Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária] percebemos que estamos na fase seguinte e a fase seguinte, de uma forma menos rigorosa do que deveria ser, é a fase de uma instrução do funcionamento... porque nós ficamos todos orgulhosíssimos quando abrimos um Centro Escolar novo e depois ninguém quer saber quantos alunos é que chumbam! E essa é que é a parte que nos interessa. Não é o quadro interativo de última geração e o melhor sistema para manter as alimentações quentinhas, mas o problema é que depois as coisas não funcionam!

Isto hoje de facto é um desafio mais importante que os Municípios têm, numa altura em que também nós vamos percebendo que nem todas as pessoas têm a mesma sensibilidade. A mim choca-me imenso estas imagens, que vimos há pouco, tenho vergonha. As imagens que há pouco o Presidente Paulo Batista nos trouxe mostram-nos, de facto, uma civilização, o berço da civilização do mundo, que é uma vergonha! Às portas da Europa.

Como político, e como pai [...] olhamos para isto e percebemos as dimensões que temos que resolver, a escassez de meios que temos, muitas vezes e felizmente no âmbito da Comunidade Intermunicipal em que estes 4 Municípios estão envolvidos, vamos partilhando muita informação para chegar aos nossos objetivos!

Eu vou ter como ponto de partida um documento que recomendo [...] que é o Referencial de Coesão Social [...] pelo Instituto de Estudos Sociais e Económi-

cos, encomendado pela Segurança Social Portuguesa, precisamente para fazer uma avaliação das vulnerabilidades sociais e identificação das exclusões que existem em todo o país!

Pombal é um dos 30 Municípios que está na chamada zona de exclusão mitigada, o que significa que têm sido desenvolvidas políticas que não têm deixado nenhuma área particularmente para trás e onde se procura ter aqui uma transversalidade nas políticas!

Vou só fazer aqui referência a apenas algumas destas coisas, porque não vou falar aqui destas políticas todas, que são 23 ou 24, desde a atualização dos planos, diagnósticos e desenvolvimento social que são obrigatórios, aos regulamentos diversos, da ação social escolar que obrigatoriamente têm de existir; o programa de recuperação de habitações degradadas; as comissões sociais de freguesia que este ano vamos estender para comissões sociais interfreguesias e o Município vai fazer um acordo com as Freguesias que foram convidadas a casarem-se e portanto têm que nos dizer qual é o seu parceiro territorial que lhes garanta ter no mínimo 6 ou 7 mil pessoas de universo de avaliação para podermos fazer estas comissões supra freguesias e dotá-las de um Técnico Superior que auxiliará estas Freguesias na sua intervenção social; o programa de potenciação do sucesso escolar, que é agora um programa que congrega os 10 municípios da Comunidade Intermunicipal; o projetos da governação integrada [...] construir políticas de campo social é muito difícil, e é uma coisa muito automática pensar-se «bem, o tipo que tem o dinheiro é o tipo que vai mandar, e portanto se ele não concordar com as políticas, as políticas não vão avante» e portanto nós podemos ter ali um colégio com 40 pessoas sentadas, a nossa CLAS tem 50, toda a gente pode dizer aquilo que quer e no final o Presidente é que tem o dinheiro e no fim diz assim: «Pois, mas eu não concordo nada com isto e por isso não se vai fazer nada disto»! A governação integrada é uma coisa muito interessante, e eu fiz esta pós-graduação quando já era Presidente [...] chamada Governação Integrada: Perspetivas e Estratégias para a Intervenção de Problemas Sociais Complexos. É muito importante sob o ponto de vista daquilo que são os contributos que cada sensibilidade pode dar e o reconhecimento da incapacidade que por si só as Autarquias possam ter para conceber essas políticas e/ou resolver os problemas.

Nós somos um povo extraordinário a avaliar, temos diagnósticos do melhor do mundo, e depois a resolver é que é o problema. E esse é que muitas das vezes acaba por ser o grande drama que nós temos. O Presidente Paulo Batista há pouco fazia essa referência, uma coisa é nós dizermos «sim, senhor», a forma de selecionarmos e de recebermos os refugiados que vêm de qualquer sítio do mundo é esta, mas depois, em bom rigor, o problema fica todo nas mãos do Pre-

sidente da Câmara! Todo! Onde é que vai trabalhar, como é que vai comer, quem é que paga a luz, como é que é a água, o miúdo que vai para a escola, como é que é o relacionamento familiar – é o Presidente da Câmara que tem de resolver! Não há mais ninguém para resolver este assunto.

Isso é um problema grave e nós se quisermos ser exigentes no trabalho que estamos a fazer temos de ter muita atenção nestas mesmas matérias.

Depois temos os projetos de prevenção do álcool, das adições; um grupo de trabalho de doença mental que foi criado no âmbito da nossa Comissão Local de Ação Social; um plano para o envelhecimento ativo, outra matéria importantíssima, 60% da população mundial vai viver em cidades, este é um problema essencialmente urbano, os níveis de solidariedade urbana não têm nada a ver com o níveis de solidariedade rural, nunca morreram velhos sozinhos no campo, e morrem muitos velhos sozinhos nas cidades, e portanto este é um problema que vai ser muito maior nos próximos tempos; a gestão dos bairros sociais, as autarquias familiarmente responsáveis; a autarquia amiga das crianças; a ação social escolar; as bolsas do ensino superior; o programa «Like Saúde»; o programa de igualdade municipal; a CPCJ; o Gabinete de Apoio à Vítima; os Gabinetes de Apoio Jurídico; as ajudas técnicas; os bancos de voluntariado, tudo isso.

E agora o que é que temos para ir ao nosso tema? Projeto Intervir, Integrar, Incluir!

Ponto de situação: Município de Pombal, 146 habitações sociais, 2 bairros essencialmente ocupados por membros de etnia cigana, um deles ocupado integralmente por indivíduos de etnia cigana com o seguinte diagnóstico:

No 1.º ciclo – 38 alunos de etnia cigana do AE de Pombal (os dois bairros são na cidade de Pombal) em 807 alunos são responsáveis por 30% das faltas;

No 2.º e 3.º ciclo – 90 alunos ciganos em 874 são responsáveis por 30% das faltas. Isto é, 4% dos alunos têm 30% das faltas!

No 5.º e 6.º ano – das 13 turmas, as 7 turmas que têm alunos ciganos têm mais de 50% das faltas de todos os alunos.

Isto é o ponto de partida. Este projeto que começámos agora no dia 01 janeiro [2017], no âmbito do Escolhas, é um projeto que tem 3 grandes objetivos:

1.º – Sou cigano e gosto da escola. Congrega o AE, a CPCJ e o Município e vai ter a participação dos Mediadores Interculturais que virão da Comunidade Cigana. Tem uma comparticipação máxima de 150.000,00 euros, nunca dá para quase nada, mas o Município assumiu que não será pelo problema do dinheiro que o programa não se vai fazer. E também vos quero dizer que isto também nem sempre é fácil, porque às vezes como há este sentimento globalizado que os cidadãos não contribuem, não dão um esforço do seu trabalho para a comunidade tão grande, a comunidade que é maioritária entende que esse esforço social

que se venha a fazer não é bem-vindo, é um esforço injusto, é um esforço que premeia quem não quer fazer nada, é um esforço que premeia quem é indolente, premeia quem se aproveita das próprias mulheres e às vezes da pobreza dos próprios filhos para poder tirar rendimento e viver de expedientes. E isto às vezes é verdade, outras vezes não é verdade, mas é isto que nós temos de enfrentar de frente.

2.º – Sou cigano e gosto do meu bairro. Pensem nos bairros sociais que já visitaram e pensem nisto: as Câmaras vão lá arranjar os jardins? As Câmaras têm mais caixotes do lixo lá e vão lá despejá-los? Há varredura nos bairros sociais? Há parques infantis? Como é que nós vamos querer que haja esse comportamento, essa integração comunitária, feita de uma maneira mais adequada às nossas expectativas e àquilo que é um comportamento dito normal se somos os primeiros a encontrar soluções arquitetónicas [...] para este tipo de projetos? Percebem que esta questão da governação integrada, estas são as perguntas práticas: «Como é que é, onde é que os miúdos brincam? Ah, isso não há nada porque eles partem tudo!». Preconceito. Cá está o erro. É um trabalho que nós devemos desenvolver.

3.º – Sou cigano e sou Pombalense. Ter aqui uma responsabilidade naquilo que é a sua integração de fato nas nossas comunidades e no local, em muitos casos, onde os avós, os bisavós, os pais viveram. Antigamente uma das coisas que diziam que era um emblema do nosso país era dizerem: «Até foi à tropa e tudo!». E há muitos ciganos que vão à tropa! Não são menos portugueses que os outros: os que não querem, os que não podem, os que não vão! Para nós percebermos que às vezes é preciso ultrapassar todas estas dificuldades!

O programa que temos vindo a desenvolver, e que vem na sequência de termos eliminado todas as barracas onde toda a gente vivia há uns anos atrás, de termos percebido que inexistente esta articulação, há pouco a Vereadora Ana referia, e com muita razão, há um conjunto de políticas que devem ser concertadas porque elas têm todas o mesmo objetivo. E quando falava do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, tem uma componente ligada precisamente a matérias que são intangíveis e que têm a ver com esta questão, não só de recuperar os bairros, mas como é que se vive (...) se houver um protocolo entre o Município e a Comissão de Moradores a limpeza do espaço público, e a preservação do jardim é feita de forma completamente diferente? Responsabiliza os seus autores e vai ajudar a disciplinar os filhos que podem ser um bocadinho menos sensíveis àquele trabalho que foi feito por outros! Quanto é que isso pode custar? 200,00 euros por mês? Em quê? Em água, umas mangueiras, uns ancinhos, umas tesouras e de vez em quando comprar umas flores! Deve ser isso, não deve ser mais do que isso...

Temos os projetos, por exemplo, do tecer a prevenção, da CPCJ que cruza com isto tudo. Neste conjunto dos alunos que referi 10 são acompanhados diretamente pela CPCJ! Muitos de vós têm consciência das dificuldades que é ter autorização dos pais para alunos serem acompanhados na CPCJ! E não estou a falar dos ciganos. Se formos à comunidade cigana ainda é mais difícil. Mas sentimos que há esta abertura.

Mas há uma circunstância que acho particularmente crítica e que pode até ser perigosa.

Muitos que aqui estão conheceram a forma como as comunidades se foram organizando, mas hoje há uma coisa que nós temos a certeza: a sobrevivência dos ciganos no futuro nunca vai ser nos moldes em que nós tradicionalmente as conhecemos. Não vai ser as feiras, porque estão a morrer; não vai ser o comércio pontual porque ele não existe, não vão ser os animais, porque ninguém os procura! E isto é um problema que tem proporções gigantescas, porque nós temos muito mais filhos nas escolas, e há pouco Leiria repetiu, havia mais alunos no 1.º ciclo no bairro que foi referido do que na freguesia inteira, então como será daqui a 10 anos, quando em vez de terem 7, 8 ou 9 anos, tiverem 17, 18 ou 19 anos? O que é que eles vão fazer? Que lugar vão ocupar? Como é que vão fazer a sua vida? Que rendimentos vão ter? Onde é que vão viver? Que famílias vão constituir? Quem vão ser os seus filhos? O que é que estes vão fazer? Quais são as estratégias que vamos ter?

Quando tínhamos os meios muito ruralizados tudo isto passava nos pingos da chuva, na venda dos animais, nas feiras, hoje o problema não tem nada que ver com isto, até porque houve, em muitos casos, uma resposta, que foi integrá-los em meios urbanos, porque, lembro-me em Pombal, houve tentativas de colocá-los em meio mais rural e a população rural entendeu «nem pensar!» e tocou o sino da igreja e nunca mais se encontrou solução. Demorou muitos anos até se encontrar esta solução, tinha que ser uma zona urbana e que não podia afastar demasiado. Mas o problema continua a existir. O problema da localização é apenas o da localização. O problema continua a ser o destas circunstâncias que temos de resolver, porque se eles abandonam, se faltam, se não têm seguimento profissional, e se têm estas apetências todas ainda podem ser confrontados com o desemprego e com preconceito na empregabilidade, vamos perceber que o problema pode ser maior. E pode ser maior por duas razões: 1.º porque eles são cada vez mais e 2.º porque nós somos cada vez menos! Nota-se mais!

Sem ser alarmista, isto às vezes funciona como um impulso. Isto é uma preocupação que temos de arregaçar as mangas e pensar de que maneira é que podemos ultrapassar isto. O programa que temos concebido é neste sentido, fazemo-lo em complemento com outro programa que é desenvolvido em conjunto com

a Associação dos Empresários para a Inclusão Social – EPIS – onde fazemos a avaliação das dificuldades não cognitivas de todos os alunos da 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> classe. Já diagnosticámos mais de 1.000 alunos e percebemos de facto quais são as dificuldades que têm.

[...]

Weaked Problems: Problemas sociais complexos que é todo este mesclado de dificuldades, que nós precisamos de nos sentar à mesa para discutir convenientemente, para a construção das políticas. E a construção, se há coisa que é arrebatadora, mas que é muito difícil, é a construção destas políticas sociais e portanto espero que estes próximos tempos, de discussão que tenhamos agora, sejam úteis para trocarmos todas estas informações, até porque felizmente há hoje um benchmarking internacional muito interessante, mas não deixa de ser também muito curioso que apesar de nós acharmos que o nosso país é uma coisa que anda sempre atrás, ainda ontem (...) se apresentava para Portugal a Conferência da Inovação Social porque foram os Portugueses que inventaram esta coisa extraordinária que é a Solidariedade! Tem 500 anos. Um país que consegue envolver-se intra-comunitariamente, identificando cidadãos que voluntariamente concebem e servem os outros e que tem uma história enraizada na postura de quase todos é uma riqueza que em muitos países só existe pagando!

[...] uma capacidade invulgar de um Povo que existe, que tem muita experiência, que sabe fazer isso muito bem feito, o que nos deve colocar aqui na linha da frente, não só do ponto de vista dessa experiência, mas também do ponto de vista da capacidade para ultrapassar estes problemas.

Como em todas as coisas não há apenas um caminho, há caminhos diversos, há diferentes sensibilidades, e são essas diversidades que nos suscitam reações adversas e reações que nos são tão simpáticas.

Há sempre um conjunto de oportunidades, uma probabilidade muito grande de escolhas que fazemos que são precipitadas.

## **Cidália Ferreira – Marinha Grande**

Houve aqui uma coisa que o Professor Ricardo Vieira me fez recordar nas palavras com que ele iniciou e que foi dizer «um e um igual a três» [...]. [é preciso] mudar também as nossas mentalidades, tal como muitas vezes não o queremos, quando falamos nesta multiculturalidade, e quando falamos na aculturação que resulta desse encontro.

Efetivamente, dizemos que aceitamos os outros, com naturalidade, mas se nós formos a pensar nas coisas muito há que dizer naquilo que é a nossa própria

justiça social, naquilo que é a forma de encararmos os outros e de trabalharmos nesta área da mediação intercultural.

Quando se pensa um pouco sobre a história do nosso concelho [...] verificamos que a Marinha Grande nasceu [quase que] de estrangeiros. [A Marinha Grande] desenvolveu-se com um grande homem, Guilherme Stephens, que nos trouxe uma cultura identitária própria e trouxe uma carga empresarial que ainda hoje é a identidade deste concelho.

Todos temos muito orgulho em dizer que a Marinha Grande é um concelho cosmopolita e é um concelho cosmopolita por duas razões: 1) porque continuam os nossos empresários a levar a Marinha Grande pelo mundo, a dar a conhecer a Marinha Grande ao mundo; 2) porque há efetivamente esse sentir interno, porque a Marinha Grande foi-se constituindo a partir dessa condição de migrantes. Porque muitos ali foram nascendo, mas muitos vieram para ali, e muitos continuam a vir. Exatamente por isso é uma terra que vai sabendo sempre receber e acolher.

Há pouco, falava-se aqui do número de habitantes de cada uma das terras e se pensarmos nisso, se pensarmos que a Marinha Grande tem cerca de 40.000 habitantes, e se pensarmos numa característica que é o desemprego que na Marinha Grande é de cerca de 1.000 pessoas desempregadas, e esses fazem parte daqueles que já se habituaram a não trabalhar. Estou a referir isto porque isto são características que são inatas, porque quando nós queremos mudar, e mudar o outro, ou aceitar o outro, há sempre estas questões que são subjacentes ao próprio Eu, à própria pessoa.

Num dos trabalhos que fiz falava-se do «cá e do lá» em que a pessoa migrante, sejam os nossos emigrantes que iam para fora, sejam os migrantes no próprio país, têm sempre um «cá e um lá». E o «cá e o lá» é aquilo que nós temos enquanto pessoas, que quando estamos «lá», e quando estamos longe das nossas terras, e aí revejo os nossos emigrantes e revejo também aqueles que migram para cá; há sempre um Eu que existe na própria pessoa e portanto quando se está «cá» se recorda o de «lá», e se vive um pouco de «lá», e quando se está «lá» se vive aquilo que se tinha quando se estava «cá», quando se estava na nossa própria terra. E este cá é no nosso Eu.

Existe esta dicotomia entre as pessoas e quando falamos nesta questão da multiculturalidade eu penso que, muitas vezes, embora nos respeitemos, nos esquecemos um pouco disto.

Lembro-me que há muitos anos atrás fizemos um levantamento do artesanato existente na Marinha Grande. E o que verificámos? Verificámos que o artesanato dominante era o do vidro [...], mas havia um artesanato muito diverso [...] uma diversidade tão grande porque as pessoas que tinham vindo para a

Marinha Grande nunca deixaram de todo as suas raízes. E é «nunca deixar de todo estas raízes» que entendemos a especificidade de cada um destes grupos.

A Marinha Grande como terra acolhedora tem vindo a receber gente vinda de todos os lados. Além de todos os lados do nosso país, tem vindo a receber de todos os lados de todos os outros países. Temos chineses, temos brasileiros, temos romenos, temos indianos, russos, ucranianos.... Houve sempre um conjunto de situações para as quais esta terra se teve que ir adaptando e readaptando. Como é que nós o fazemos?

O Professor Ricardo Vieira apresentou este concelho como não tendo um Plano Municipal para a Inclusão Social das Minorias ou Migrantes. Nós, muitas vezes, temos um sentido tão prático das coisas, e entendendo que esse Plano deve ser feito, como esta terra tem estas características, temos um Conselho Local de Ação Social que se interliga em todas estas áreas: desde a saúde, à educação, à empregabilidade [...] a qualquer área desde a dimensão empresarial até ao sentido mais lato da formação, de... estamos todos juntos e articulamo-nos de uma forma de muita proximidade, não apenas nas reuniões de trabalho, que fazemos frequentemente, mas também com um simples telefonema que fazemos para resolver as situações.

Quando se fala no Diagnóstico Social do Concelho que é feito por este CLAS, o último que tivemos abrangia o período 2010 e 2015, vigorou por 5 anos, e agora temos um recém-aprovado...; vamos sempre identificar quais são os problemas mais prementes do concelho e o que se considera que se deve dar uma maior ênfase, uma maior atenção.

É também desta forma que os vamos [os problemas] eliminando e que vamos construindo novos projetos.

Como funciona o serviço social na Marinha Grande? Funciona na criação dos projetos que vão sendo necessários para colmatar qualquer falha que possa existir. E nas próprias escolas isso também acaba por acontecer de uma forma integrada.

Exemplos:

– se numa CPCJ nós notamos que há uma franja da nossa sociedade que precisa de um determinado apoio mais específico nasce por exemplo um CAFAP (Centro de Aconselhamento e Formação Parental). De modo que, nasce no sentido de apoiar as famílias que estão de alguma forma sem uma estrutura [...].

– há dificuldade de uma franja da sociedade, onde está incluída a etnia cigana (que pode estar ou não, porque não é apenas na etnia cigana que há estes problemas, eles são transversais à sociedade, nós é que rotulamos as etnias, mas os problemas são comuns a todos), que é a empregabilidade, então um dos projetos sociais tem essa vertente, a da formação para a empregabilidade e a ligação às

empresas que sabem que ali há pessoas que precisam de ser empregadas e para as quais é preciso ter um perfil adequado.

Podia falar de muitos outros exemplos... efetivamente é uma terra muito *sui generis* onde esta articulação se faz de uma forma tão próxima, resolvendo os problemas da comunidade, que eu penso que acabamos por chegar a todas as franjas.

Agora sentimos que temos uma nova comunidade, é a comunidade indiana!

Com uma cultura muito própria. Como se intervém? Em todas as áreas. Na área da saúde, com um projeto que foi criado para esta etnia, para a empregabilidade, e também ao nível da escola a integração é feita. Ao nível da língua, para as crianças, mas, também, para os adultos! É feita também quando eles nos trazem a sua cultura (gastronomia, usos e costumes) são feitas iniciativas dentro da própria escola, que é uma escola aberta, a Calazans Duarte que vai receber agora um prémio por ser uma Escola de Inclusão (ACM).

É desta forma integrada que a comunidade na Marinha Grande se desenvolve e se reorganiza. Nesta comunidade indiana eles próprios já têm 4 comércios na Marinha Grande [...]. A facilidade com que se implantam com as suas próprias iniciativas é fruto desta abertura total à sociedade e deste hábito que nós já temos desde 1500 de sermos uma população que acaba por ser diferente, que tem estas características enraizadoras, deste cunho empresarial [...]. Facilmente, aquilo que nós chamamos de minorias, se integram na comunidade de uma forma que consideramos natural. Natural porque os respeitamos e porque eles nos respeitam.

Há também que considerar aquilo que muitas vezes falamos sobre o que é a justiça social e aquilo que é nós organizarmos projetos para o outro, mas que o outro perceba também a forma como está a ser acolhido e haja de facto esta interligação que é mais que mediação, mais do que mediar o conflito é fazer com que ele não exista.

É nesta abertura à sociedade que nós funcionamos, e que fazemos desta forma tão natural como é receber outro e criar a sensação que eles estão na própria casa.

Somos gente acolhedora que se habituou a ser assim e a integração que fazemos é esta.

## **DEBATE – DIÁLOGOS CRUZADOS**

### **Introdução e questionamento – Ricardo Vieira**

Queria, agora, que pudéssemos pensar todos sobre as políticas sociais implementadas nos 4 municípios. Que introduzíssemos aqui uma reflexão de cariz

científico. E que apresentássemos, também, uma espécie de diálogos sobre o vivido em cada um destes municípios.

Quais os recursos humanos e técnicos de que dispõem os Municípios para responder aos desafios da mediação intercultural? Podemos pensar na dimensão prática da intervenção social...

Qual a vossa opinião crítica [...] sobre o que de mais forte, mais poderoso, conseguiram em termos de trabalho social em rede, ao qual nós chamamos de Mediação Comunitária (ex. em Leiria é feito com a associação InPulsar, é isso?)?

Como é que cada município idealiza esta possibilidade de os projetos não ficarem apenas com o gabinete da vereação, mas levar a um trabalho em rede «com»? (a conjugação «sagrada» em mediação intercultural é «com»; com as autarquias locais, com as freguesias, com as associações, com a Santa Casa da Misericórdia, etc.).

Como é que se articula esta intervenção mediadora? Como é que se constrói? Tem sido feita? Falta fazer? Que recursos são necessários?

Uma coisa é falar de integração, mas essa integração, como falou o presidente Paulo Batista Santos, gera medos. O «outro» sempre causou medo às pessoas (George Duby, Ano Mil, Ano Dois Mil. Passados mil anos continuamos com os mesmos medos). E um desses medos é o medo do outro e chama-se xenofobia.

## **Paulo Santos – Batalha**

O Presidente Diogo Mateus [...] é bem o exemplo da mudança de paradigma das autarquias locais... é importante que tenham isto presente. Ele disse-o e bem, aquela fase da infraestrutura está ultrapassada e os autarcas hoje ou compreendem que os desafios são sobretudo desafios de natureza social, de natureza da educação, destes problemas que estamos a discutir, ou estamos desfasados daquilo que é a nossa comunidade.

Ainda vejo muitos colegas que ainda não interiorizaram bem este exercício... ainda vejo muita rotunda [...] é muito importante a vossa ajuda naquilo que é o exercício que aqui o Presidente de Pombal fez de alertar as pessoas que ainda hoje não perceberam bem isso, nalguns casos, da mudança de paradigma daquilo que é a administração local.

Permitam-me também ser politicamente incorreto. Eu faço parte de uma série de grupos de trabalho, um dos quais é sobre a descentralização nas áreas sociais. A Associação Nacional de Municípios fez-me esse desafio e o Município da Batalha está num projeto piloto de descentralização de competências na área da educação, e agora o Governo prepara-se para alargar estas competências aos

Municípios nestas áreas que estamos aqui a referir. Dizia eu aos meus interlocutores [...] «eu não preciso de mais nenhuma competência. As competências que tenho neste domínio são suficientes. E nem sequer (e aí choquei alguns colegas autarcas) precisamos de muito mais dinheiro!». Acho que nós precisamos de um bocadinho de estratégia, porque se isto fosse um problema de dinheiro, nós já o tínhamos resolvido.

Portugal, nos últimos quadros comunitários, foi aquele Estado-membro que mais fundos comunitários recebeu, também para estas áreas. Esta componentes dos PEDU's, e nas componentes sociais, é só mais uma parte, mas nós já recebemos muito dinheiro. E estamos mais ou menos na mesma. Não é um problema de dinheiro. Será seguramente um problema de estratégia! E de organização, enquanto Estado! E no fundo, preparação e conhecimento.

Eu acho que nestas áreas sociais o que conta muito é as pessoas. Os recursos também são importantes, estas Câmaras aqui presentes, são 4 Câmaras da região que estão financeiramente bem, são Câmaras sólidas do ponto de vista económico e não há aqui um problema de dinheiro. Há de facto um problema de estratégia que importa resolver! E as Câmaras estão mal dotadas! Nós temos poucos recursos humanos com capacidade nestas áreas. Aqui, a Escola, estas parcerias que temos feitos com IPL, com outras Entidades, com a rede das Misericórdias, com essa rede fantástica que nós temos de voluntariado em Portugal, que é uma coisa muito nossa, mas onde infelizmente aparecem cada vez menos jovens [...] é uma coisa que os Municípios devem fazer e fomentar. Porque ela complementa, ajuda e sobretudo cria redes, que é isso que o Professor Ricardo aqui sinalizava.

Esta mediação comunitária, no nosso caso, a Batalha que tem problemas distintos de municípios maiores como é o caso de Leiria, Marinha ou mesmo Pombal, a rede ela funciona muito de facto numa rede de voluntariado, uma rede de parcerias entre as Instituições, com as pessoas concretas, mas ela naquilo que é essencial, ela só funciona se nós tivermos a capacidade política, pública, de agregar e de gerar conhecimento nas pessoas.

A experiência que tivemos nos refugiados, ela teve momentos difíceis. O Presidente da Câmara conheceu, foi confrontado, digamos, com sinais de xenofobia no seu concelho. Matéria que eu desconhecia em absoluto. O Presidente da Câmara teve dificuldades em envolver Instituições da Igreja Católica Portuguesa, num projeto profundamente humanitário. O Presidente da Câmara teve bastante dificuldade em, nalguns sectores da sociedade, fazê-los compreender da oportunidade que representava aqueles e os outros que lá temos de vários pontos do globo, que são essenciais para algumas indústrias de mão de obra intensiva como é o caso da cerâmica ou do têxtil.

Este exercício, este diálogo só é feito com conhecimento [...] com diálogo e com transparência, que é o que estamos a fazer. Fui muitas vezes a comunidades, a Igrejas, as Associações nossas (recreativas e culturais) explicar o que estávamos a fazer. Fui muitas vezes explicar às pessoas que não estava a tirar qualidade de vida a nenhum batalhense para a dar a um estrangeiro. Estava a acolher, integrar, pessoas humanas que lutavam pela vida. Como nós, portugueses, não há muitos anos, fomos reclamar noutras paragens do mundo.

Este exercício, acordando memórias, sacudindo até às vezes algumas memórias que muitos portugueses, muitas famílias quiseram esconder, de um passado que não nos orgulhamos, um passado de onde fugimos [...] para o fenómeno da emigração, fugindo alguns deles em circunstâncias onde a sua vida esteve em risco. Este nosso passado, mais longínquo, que a Batalha é também um bom exemplo disso, do ponto de vista histórico e cultural, mas como é também toda a nossa região, sempre que nos abrimos ao exterior fomos ricos...

Este exercício da comunicação, da explicação, da interação com a comunidade é essencial para libertar medos. [...]. No essencial estes problemas que estamos a discutir têm uma componente de decisão política muito importante. O que acontece no terreno tem muito a ver com a vontade dos líderes que estão no terreno. E é esse exercício que a Comunidade tem de fazer: exigir dos seus responsáveis, dos seus líderes, que atuem. Não vale a pena fazer mais diagnósticos. É importante para o conhecimento científico, para que aqueles que estão na aprendizagem possam ter bases sólidas no trabalho de investigação que estão a fazer, mas está tudo, basicamente, estudado nesta área. É preciso é projetos sólidos, é preciso exigir dos dirigentes políticos essa responsabilidade de atuar. Porque quando isso acontece, estamos aqui a falar de quatro territórios onde eu sei que isso acontece, pode fazer a diferença. Isso nem sempre acontece.

Há territórios, nacionais e estrangeiros em que os políticos estão a fazer outras coisas. Em que são os próprios líderes políticos que estão a construir muros. Isto é dramático para uma sociedade! É muito fácil entrarmos em demagogias. [...]. Houve decisões políticas na nossa região contra o acolhimento de refugiados! Aprovadas por maioria em órgãos autárquicos! Democráticos! Houve Estados membro da UE que tomaram decisões políticas dessa profundidade. Portanto, é este acordar de consciências que é um trabalho importante que as Universidades e o Ensino Superior podem fazer porque dá a segurança às pessoas e a garantia de que o que estamos a fazer tem racionalidade... Como estou a dizer, é muito importante acordar consciências.

O testemunho que é importante é levar esta mensagem: estou absolutamente convencido, diria mesmo, também determinado, que os Municípios, entidade de proximidade, neste domínio, são as entidades decisivas. E para isso, esse pro-

cesso de descentralização, com mais ou menos competências, é absolutamente necessário. E esta relação de qualificação que os municípios têm com a Universidade é muito importante. [...] Se há matérias em que os municípios poderão replicar as respostas sociais que hoje muitos de nós reclamamos que não existem nos territórios elas só podem acontecer se forem geridas a nível local e de proximidade. E na nossa organização administrativa são os municípios e as freguesias que têm essas condições. Há muita gente que está convencida que ao nível local [...]. Nós não fomos dotados de uma capacidade inata que é de resolver todos os problemas por impulso. E há muita gente que está sentada em Lisboa a discutir os problemas do país, que está convencida de que lá se resolve tudo. Não se resolve. Esta é uma matéria que só se resolve com as pessoas. Com os ciganos, com as comunidades e com uma política de proximidade que só as Câmaras e as Freguesias podem fazer.

### **Ana Valentim – Leiria**

Sobre a questão se há necessidade de recursos para a mediação cultural, creio que recursos todos necessitamos ao nível dos municípios e nas mais diversas áreas.

Relativamente ao projeto que apresentei, não tenho grandes reservas se disser que qualquer projeto de intervenção social terá melhores resultados e resultados positivos se for efetivamente concretizado com as parcerias que referi há pouco.

Este é um trabalho de parceria, com os técnicos do Município e com as Instituições. Mas quer se queira, quer não, não sei se os meus colegas autarcas partilham desta opinião, mas se se fizer intervenção social em contexto de bairro social com técnicos do município, acabam sempre por nos ver como proprietários das habitações, em que se misturam as questões das rendas, dos incumprimentos, que podem acarretar situações de conflito e o trabalho de intervenção social acaba por cair por terra.

Nós temos, como referi, recorrido muito às parcerias, com as Instituições que fazem um trabalho de terreno muito importante, porque conseguem ter esta capacidade de interligação, de empatia em determinados territórios.

Temos de reconhecer que as entidades públicas, onde se inserem os Municípios, possuem alguma dificuldade em intervir em determinados territórios e por esse motivo delegam nas Instituições. É essa a base da cooperação entre o Estado e as Instituições.

Relativamente à questão específica que colocou, se a nossa política será muito de intervenção em determinadas áreas geográficas, é um fato que essa tem sido

a nossa aposta. Porque este tipo de projetos pode complementar as respostas sociais tipificadas e eventualmente até ter outro tipo de resultados.

Há pouco o Senhor Presidente da Câmara de Pombal deu aqui o exemplo do Programa Escolhas que é um programa em que eu efetivamente também acredito e, neste momento, está em vários pontos do país, e nomeadamente em trabalho com as questões das minorias étnicas, acredito nos resultados destes projetos.

Presentemente, temos um Escolhas 5.<sup>a</sup> Geração a funcionar num contexto vulnerável, nomeadamente na Quinta do Alçada, União de Freguesias de Marrazes e Barosa.

Foi também referido aqui a questão da Rede Social, é um programa que o Município de Leiria também valoriza, porque define precisamente aquilo que é a estratégia social de um Concelho e define quais são as áreas de intervenção prioritária.

Vamos apresentar o Diagnóstico Social do Concelho no próximo dia 26 ao CLAS e apresentar aquilo que é o retrato social do Concelho de Leiria.

Outra questão que eu também considero importante e o Senhor Presidente da Batalha referiu: os recursos existem, eventualmente haverá lacuna de algumas áreas, mas o que nós precisamos efetivamente é de estratégia. Concordo plenamente. Temos que dar um passo, temos que fazer a mudança e no que diz respeito aos bairros sociais, que também aqui muito falámos, temos de operar uma grande mudança.

Nunca fui apologista de bairros sociais, e não é de agora, independentemente de exercer funções no Município acredito que a Inclusão Social tem de ser efetuada de outra forma.

Habitação social não tem de ser sinónimo de bairro social. Se existe a necessidade de ter habitação social e arrendamento apoiado, podemos perfeitamente construir pequenos aglomerados de habitações dispersas e inseridas na comunidade e logo não vamos ter problemas de integração, de discriminação nem de preconceito. Essa efetivamente é uma mudança e é um passo que temos que dar. Defendo efetivamente que habitação social sim, mas não tem de ser sinónimo de bairro em grande escala. Isso sim seria uma mudança e é realmente uma estratégia.

Relativamente à questão dos refugiados, partilho da opinião dos meus colegas, é um problema que temos de enfrentar de frente. O Município, como disse, dispõe de parque de habitação social, não poderíamos por isso deixar de ser solidários. Ao termos uma habitação disponível, no início de 2016, contactámos o ACM para disponibilizar uma casa para o acolhimento de uma família de refugiados. O que é um facto é que até à data ainda não fomos contactados para receber a família que estávamos preparados para receber. Temos conhecimento

que a entrada destas famílias em território europeu não é um processo fácil de operacionalizar. A questão é que, no final do ano, tivemos uma situação de emergência no nosso concelho a qual tivemos de dar resposta e disponibilizar a habitação. No entanto, mantemos a nossa posição de acolhimento de uma família.

Partilho também das palavras do Senhor Presidente da Câmara da Batalha quando referiu que teve de explicar muito bem à população da Batalha o motivo pelo qual quis receber uma família e ser um concelho solidário. No dia em que o Município de Leiria acolher uma família de refugiados, a pressão que vamos ter perante as famílias que estão inscritas para habitação social, que são bastantes, vai ser muita, temos noção que a pressão vai ser considerável, mas é um trabalho que posteriormente temos de fazer no terreno, à semelhança do que fez a Batalha, que é explicar, se for caso disso porta à porta, o motivo pelo qual estamos a receber estas famílias. O que está aqui em causa são questões de sobrevivência, são famílias que vêm de um contexto de guerra e ao qual não podemos ser indiferentes.

### **Diogo Mateus – Pombal**

À medida que o tempo vai passando nós vamos percebendo que os meios humanos que temos de disponibilizar para corresponder aos desafios que vamos encontrando têm que ser adequados e esta questão dos mediadores creio que será uma solução interessante.

No projeto que há pouco referi nas Escolas vamos ensaiar este modelo e eu partilho o que disse agora mesma a Senhora Vereadora, em relação a esta dificuldade que é as mesmas pessoas que negociam planos de pagamento depois estarem a fazer da parte da tarde integração social com as mesmas famílias. Não é nada fácil, mas, se calhar, o problema é que nós não temos nada que ter Assistentes Sociais a fazer trabalho administrativo nos bairros sociais. Esse é que é o problema. E nós achamos, confundimos aqui uma coisa que não tem nada para confundir, que é a política de habitação social, que é uma coisa, com a política social de habitação, que é outra coisa. Portanto basta mudar aqui os termos para percebermos que o trabalho mais concreto tem de ser uma política social para a habitação. Temos um longo caminho a percorrer.

Sobre esta questão dos recursos, esta proposta que eu acho que é relativamente inovadora de nós dotarmos de recursos humanos as Comissões Sociais interfreguesias tem muito a ver com isto.

Já repararam, pensem um bocadinho e vejam se não é verdade: quantas IPSS nos nossos territórios estão dispostas a fazer trabalho social para além do perímetro físico da sua Instituição? Não estamos a falar de participação nas reuniões

obrigatórias.... Quantas é que, de facto, estão disponíveis para dizer assim: «eu vou acompanhar esta pessoa que não é minha Utente?», fazer um pouco aquilo que a Cidália há pouco referiu? Quantas vão? «Ah não, é proibido, a Segurança Social...». Mentira.

Temos uma sorte extraordinária. Eu andei durante muitos anos, fui vereador da ação social 16 anos, e andei durante muitos anos a fazer trabalho de sementeira. O que é de sementeira? Dizer às pessoas: é fácil fazer uma IPSS. Juntem-se, organizem-se e dotem o vosso território com uma estrutura social que funcione. Todas as freguesias têm. Leiria não tem. E nós diremos: mas será que não há essa consciência social que leve a que os cidadãos o possam fazer? Se calhar existe, só não está é bem organizada! Mas é preciso que esteja, porque são parceiros privilegiados.

Cruzando isto com a questão dos recursos humanos e a pergunta que o Professor Ricardo Vieira há pouco me fez sobre quais foram os projetos mais interessantes, aqueles que mais deram luta, eu a pensar nisto, desenvolvi um programa que eu escrevi, demorei um ano a pô-lo a funcionar – se fosse outro aquilo demorava dez anos –, que se chama AMPARA, acrónimo de programa de Apoio Municipal Para Apoio e Recuperação de Habitações. Para quê? Chegámos à conclusão que havia pequenas intervenções domiciliárias, em pessoas que viviam sozinhas ou tinham dificuldades, que pela fraqueza dos seus rendimentos e muitas vezes pelo afastamento dos centros urbanos mais influentes, não tinham condições de garantir condições mínimas em três áreas muito simples: conforto, segurança e mobilidade: «Eu já não consigo tomar banho porque não consigo levantar a perna para entrar na banheira!» O problema tem de ser resolvido retirando a banheira e colocando um polibã. «Mas eu tenho uma pensão de sobrevivência de 224,00 euros, não tenho dinheiro [...] tenho alguma autonomia, mas não consigo levantar a perna»

Então vamos fazer um programa para resolver estes problemas! E aqueles desgraçados que morrem queimados nas suas casas, porque as condições de segurança que existem nas suas casas não são boas? Ou aqueles que um dia são visitados pelos técnicos do gás e chegam à conclusão que a mangueira que liga a botija de gás ao esquentador é de 1982, e só tinha 3 anos de validade, em 1982? E de repente, há uma explosão e morrem! Ou aqueles que já não conseguem sair de casa porque tem aquela escada difícil, naquela casa antiga e não há maneira de por lá um corrimão? Coisas simples!

Pensei: «cá está uma boa forma de envolvermos as nossas IPSS's». Vamos fazer um protocolo em que os meios financeiros são da Autarquia. E aqueles casos em que já são vossos utentes, porque fazem o apoio domiciliário, vão ser identificados com uma ficha, um guião que eu escrevi [...] a mesma pessoa que lá

vai pode fazer isto tudo. Pode identificar que a banheira não serve, pode identificar que as condições de segurança não funcionam, pode ver se tem a tarifa social do gás ou a tarifa social de energia, ou se não está ligada ao abastecimento de água e pode pedir o ramal e a câmara isenta, ou a ligação do saneamento, ou o pagamento do lixo... tudo aquilo que desonera a família e que lhe introduz o tal conforto, a tal segurança, a tal mobilidade para que a pessoa possa fazer.

Algumas destas pessoas não são vossas utentes [das IPSS's que vão fazer este trabalho] mas podem vir a ser. Porque estas pessoas que vão ser acompanhadas, quando for necessário fazer estas visitas domiciliárias, vão ganhar confiança, vão ficar a conhecer, vão saber que há Instituição local que já conhecem, que já ouviram falar ou que têm lá algum amigo que podem ajudar a resolver o problema. E vão, com certeza, de hoje a manhã, contar com a vossa ajuda.

Cria-se esta relação de proximidade e de confiança, sobretudo, a capacidade de resolver os problemas.

Entretanto, já mudámos as coisas. Ainda não está aprovado, mas vamos fazer diferente. Vamos adiantar a verbas para as Juntas de Freguesia que funcionará como um fundo de maneo e no fim prestam contas.

O outro projeto que considero interessante é este projeto da potenciação do sucesso escolar.

Não vale a pena pensar que o verdadeiro combate à pobreza se vence sem o sucesso escolar, sem formação, sem vencer a escola. Sem ter os próprios alunos a serem eles próprios a decidir «eu não quero esta grilheta de pobreza que tradicional e hereditariamente recebi. Quero cortar esta corrente porque eu consigo. E consigo através dos meus próprios meios, tendo um auxílio que a comunidade nos deve dar», através dos meios necessários, mas também porque percebemos que a escola sozinha não o consegue fazer. Não o consegue.

Ninguém pode ter a expectativa [...] de o conseguir fazer, porque a maioria desses problemas não são cognitivos, são não cognitivos. Não vê bem, não ouve bem, não tem uma boa organização familiar, não tem uma organização em casa para as refeições e para outras coisas, e tudo isso desestabiliza, não cria ambiente para estudar, para conhecer, para se desenvolver, para ter uma socialização. Portanto o que é preciso é combater isto tudo e este foi um projeto que eu acho que é interessante.

Como é que tudo isto se resolve? Claro que ter dinheiro ajuda muito. Mas ir introduzindo estas modificações, porque eu acho que é possível, porque as pessoas não só reconhecem como a comunidade fica muito sensibilizada por haver na circunstância onde sente que está a fazer bem a quem de facto precisa.

Outro trabalho que temos de fazer, a não ser que queiramos pagar 80% do nosso rendimento em impostos, não vamos ter nem mais lares, nem mais apoios

domiciliários, nem mais acordos de colaboração... vamos ter estes recursos, vamos estar todos muito mais velhos. E ainda não chegou a parte pior em termos de volume do número de pessoas com mais de 65 anos de idade. Quando chegar essa altura o Estado não vai ter mais recursos, isto significa que as famílias e as comunidades têm de estar organizadas para isto. Numa altura em que há menos filhos, há mais globalização, há mais gente fora... as pessoas vão estar mais longe, as famílias vão estar mais desestruturadas, são mais pequenas, as pessoas vão ficar mais sozinhas... e se estivermos em ambiente urbano, veja-se o «cocktail» que aqui está e o que vai explodir na nossa praça.

### **Cidália Ferreira – Marinha Grande**

Em termos da estratégia do concelho da Marinha Grande ela faz-se com esta estratégia de proximidade com as pessoas e é dentro desta política que nós acabamos por trabalhar e por nos articular. Há pouco não vos falei nos refugiados, nós também recebemos refugiados, não foi a autarquia que o fez, foi a Santa Casa da Misericórdia, e isto porque se faz.... é mais um dos exemplos que quando... de que as forças vivas do concelho são atuantes.

Estamos também para fazer um protocolo para recebermos mais refugiados na Marinha Grande..., mas isto começou, não foi por iniciativa da própria autarquia, mas foi por iniciativa da Santa Casa, e esta é aquilo que eu vos dou como exemplo de política de proximidade.

O Professor Ricardo Vieira desafiou-me para falar nesta integração. Como aqui o nosso colega de mesa, o Presidente Diogo, falou em termos do CLAS, ela existe com esta naturalidade. É a PSP, é a GNR, é a Saúde, são as Escolas, as Juntas de Freguesia interagem também connosco, se precisamos. Não conseguimos, por exemplo, ter pessoas disponíveis suficientes em uma determinada área, como a psicologia, então nascem os projetos e nós sabemos para onde é que podemos canalizar todos os problemas da área social.

Não fazemos as coisas de forma, digamos, ligada às classes minoritárias porque elas estão no burgo, digamos assim, e tudo quanto nasce, nasce de igual modo para todos. Se os ciganos precisarem desse apoio psicológico eles têm tanto direito a ele como tem qualquer outra franja da sociedade que está a precisar disso. Portanto, os projetos entrecruzam-se todos, interagindo dessa forma.

Não quer dizer que não tenhamos problemas. Nós temos problemas com a etnia cigana. Nós temos ciganos a viver ainda no pinhal. Mas temos 16 famílias a viver no pinhal, e temos perto de 30 a viver em habitações. Isto porque se

vai respeitando também o tempo que eles necessitam para ter a sua própria integração.

Quando chegaram fizemos uma experiência: os ciganos foram para as casas que estavam devolutas em termos da Floresta, ou para outras habitações, as nossas Casas florestais e fizeram-se também casas de madeira, que eles próprios ajudaram a construir. Os projetos têm-se vindo a articular e acontece que houve projetos de insucesso. Tivemos mediadores ciganos também. Alguns deles conseguiram integrar-se. Outro não. O próprio mediador, que era também cigano, era uma cigana, acabou por ter de fugir dali por conflitos que acabou por ter com outros ciganos.... Houve uma rusga e encontraram droga e deprenderam que tinha sido a mediadora que os tinha denunciado, o que não tinha acontecido.

Nem tudo corre bem, mas respeitamos muito a individualidade, o tempo que as pessoas precisam para se adaptar às coisas novas que nós não podemos impor de modo algum.

Por isso vos dizia que temos aqui esta franja [...] com a qual estamos preocupados, e já temos uma reunião marcada para ir ver como é que todos podemos contribuir para que melhore aquele espaço e para eles aos poucos se vão integrando, mas nós vamos integrando naturalmente.

Ainda ontem estava a falar com o diretor de um Agrupamento Escolar e perguntei-lhe: «como é que estão os miúdos ciganos na escola?» Diz ele: «Estão bem, não temos problemas. Estão nas salas de aula. Estão a aprender normalmente. Quando, às vezes, não querem estar nas salas de aula vão um bocado para o recreio, vão brincar. Vão ter outro tipo de atividades. Há sempre depois alguém que colabora com eles».

Dizer-vos que de certa forma faz-se com esta naturalidade, sem a imposição e aqueles nossos medos de que definimos uma determinada estratégia, ela tem que se cumprir na íntegra. Não, nós temos de ter adaptabilidade assim como aguardarmos os tempos deles, para que eles possam assimilar aquilo que é a nossa cultura, porque senão não estávamos a respeitar a deles.

Quando dizia que «estamos todos juntos» é exatamente isto. Estamos juntos a PSP, a GNR, a Saúde, as Escolas, as Autarquias... repito isto para dizer que se identificamos um problema é em conjunto que o tratamos.

Não só falando das etnias, destes problemas sociais, um dos problemas identificados no anterior relatório e de que de certa forma se mantém neste, no diagnóstico social, porque como sabem a nossa população está a envelhecer, há esta franja com que nos preocupamos, o que é se fez em termos de política social? Muito naturalmente, a Câmara fez um apoio social a idosos e por isso aqueles que querem estar dentro de casa têm um funcionário da autarquia que passa por casa deles [...] e o que vai fazer [...] leva o carro, e se for preciso cadeira de

rodas também, e vai com eles receber a reforma, ao médico, às compras, aos correios...

E depois por causa disto, Terceira Idade e pessoas que querem estar em casa até ao final da vida, nasce do Centro de Saúde a Unidade de Cuidados para a Comunidade que tem médico, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, um conjunto de profissionais que vai dar apoio a casa das pessoas, tratando, cuidando, até ao final dos dias.

As próprias coletividades, a Câmara tem um projeto de apoio à atividade física para a terceira idade e elas são canalizadas para aí.

As Universidades Seniores, a mesma coisa. Com os apoios financeiros, a Câmara também tem esse papel de apoiar financeiramente para que estes projetos se desenvolvam e para que qualquer problema que seja identificado tenha já alguma estratégia em termos do apoio que vai nascendo.

## **QUESTÕES DA PLATEIA**

### **Mariana Nunes**

Para a Dra. Cidália Ferreira. Referiu vários mecanismos que utiliza dentro do Município, mas se bem percebi disse que a ação social era exercida em função da necessidade da comunidade. Entendamos que, e eu tenho uma opinião muito pessoal em relação a isto, não se refere em particular a esta sua afirmação, mas em relação a todos os concelhos... a sociedade usa «pensos rápidos», remediamos os problemas consoante as necessidades momentâneas. Gostava de perceber que estratégias a nível da mediação preventiva é que são exercidas dentro do Concelho da Marinha Grande.

### **Nelson Araújo**

Senhores Presidentes, Senhoras Vereadoras, penso que podemos dizer que toda a ação para a inclusão social é uma ação para a integração, mas já não podemos dizer que uma ação para a integração social seja uma ação para a inclusão social. Aquilo que eu pergunto é se os Municípios nessa mudança de paradigma que o Presidente Paulo Baptista Santos dizia das políticas locais, que devem deixar de ser políticas para as infraestruturas e passarem a ser políticas verdadeiramente sociais, de construção social, se nessa mudança de paradigma as autarquias, os autarcas, os políticos, as próprias comunidades estão preparadas para

assumir este desafio de serem comunidades verdadeiramente inclusivas e não apenas integradoras, na medida em que a integração apenas perspetiva a aceitação do outro na medida em que ele se assemelha, se aproxima de nós e não na medida em que nós o aceitamos tal como ele é. E nesta medida, se efetivamente, aqui ligando àquilo que a colega dizia, estamos preparados, e se é efetivamente essa mediação que entendemos que deve ser feita, a mediação para prevenção dos problemas e não apenas a mediação para resolução dos problemas que vão surgindo quando de facto não há uma verdadeira inclusão.

### **Isabel Ferreira**

Ouvi alguns autarcas falarem sobre a questão dos bairros sociais sobretudo dirigidos para as etnias ciganas. Pergunto como é que nós podemos desmontar estes bairros sociais dirigidos à etnia cigana e tornar estes bairros mais interculturais [...]. Que novas políticas sociais se podem propor de forma a que a integração, ou a inclusão da etnia cigana na sociedade se faça e também tornar estes bairros sociais, trazer etnia cigana para a malha urbana comum, e tornar os bairros sociais também habitáveis por outras pessoas que não de etnia cigana e tornar todo o espaço mais comum, para todos...’

### **Rui Matos**

Ser diretor de uma Escola de Educação e Ciências Sociais numa época em que se endeusa, não só apenas a questão do dinheiro, o capital, etc., a questão da inovação tecnológica, em que parece que a grande solução para a humanidade é a revolução tecnológica, a indústria 4.0... É óbvio que isso é bastante importante sem dúvida, os meus colegas da ESTG estão satisfeitiíssimos porque os seus alunos têm todos emprego quando saem, eu pergunto porque é que de uma Escola de Educação se espera sempre o voluntariado? Nós não andamos aqui a ensinar as pessoas para aquecer. Todos os dias nos pedem contributos de voluntariado, mas aos da gestão não pedem, têm empregos de qualidade! Será que é agora com esta «websummit» da inovação social que vai haver, que finalmente se vai começar a pensar que há que respeitar as pessoas que são formadas nesta Escola, que são Técnicos competentes e que se lhes deve pagar de acordo com isso e que não se pode estar à espera sempre do voluntariado? Não sou contra o voluntariado, mas o voluntariado é para as horas livres!

## RESPOSTA

### Paulo Santos – Batalha

O Nelson colocou aqui uma questão relativa à prevenção. Eu acho que tem muito que ver com a nossa atitude. Vou apelar aqui à minha formação. Na altura em que fazia relatórios [...] fizemos um trabalho de quanto é que o Estado pouparia na prevenção dos fogos em vez de fazer o combate. Com alguma segurança, conseguimos demonstrar que naquele ano concreto (2010-2011) o Estado Português na altura afetou cerca de 100 milhões de euros para o combate, nós demonstrámos que se prevenção fosse eficaz nós conseguiríamos poupar cerca de 80 milhões de euros.

[...] Mas andamos sempre no mesmo, na lógica do combate. O trabalho da prevenção, eu sou daqueles que acredita que é de facto um trabalho essencial. Poupa recursos. E quando os dirigentes políticos perceberem que de facto através do investimento nesta componente preventiva, na componente também social, isso a médio, diria, mesmo, médio, curto prazo, tem eficiência. Teria eficácia nas respostas e aí mudaria também o paradigma. Não está interiorizado. Somos muito mais reativos. A aluna tem razão. Só há problema quando ele existe e depois pagamos, e quando não conhecemos e não compreendemos então pagamos ainda mais.

Quanto à questão dos bairros sociais, porque alinho muito naquilo que a Vereadora da Câmara Municipal de Leiria aqui significou, acredito muito naquilo que ela está a referir, eu colaborei num processo legislativo que tem a ver com as AUGI's, havia antigamente no nosso país um problema que tinha que ver com os bairros ilegais. Nós criámos uma legislação sobre as Áreas Urbanas de Génese Ilegal [...] na altura, e eu estava apenas a encarar o processo do ponto de vista legislativo, não o percebemos então, mas há uma coisa que eu fiquei perfeitamente convencido: a solução que o país teve nessas AUGI's e noutros bairros sociais não foi solução. Porque só agravámos o problema. Criámos fenómenos de exclusão. Desse ponto de vista, também, acompanho muito aquilo que foi dito aqui e há um trabalho que temos de realizar, que temos de transformar esta opção de juntar pessoas pela etnia, pelo seu grau de risco, pela sua marginalidade, em soluções mais integradoras. Isso não está adquirido.

Há sucessos em Portugal [...] há processos inclusivos, do ponto de vista urbano, bem pensados, bem estruturados e com sucesso. Vale a pena, a roda está inventada, perceber o que é que eles fizeram.

Termino com este apelo do Senhor Professor e Diretor, devo dizer que no meu Município estou a recrutar... percebi que há um problema de empregabilidade... Num município pequeno como a Batalha tivemos cerca de 300 e tal concorrentes

nestas áreas. Se quiser recrutar engenheiros, ou seniores de informática, não tenho essa facilidade. Há aqui um problema de empregabilidade. Temos de dotar Leiria... o IPL tem de fazer esse trabalho e os Municípios também, os projetos como os que o Diogo referia..., nós levarmos estas componentes para as IPSS's, para as Freguesias, irá permitir seguramente não apenas construir uma rede mais sólida, mas fazer o tal trabalho preventivo de que o Nelson falava.

Creio que esse é um bom desafio e trabalhos como que estamos aqui a fazer, até descentralizados, ajudam a ter essa consciência. O desafio que lhe faço é que a Escola também saia das suas paredes, vá ao terreno, apresente o trabalho que está a fazer nestas áreas e sobretudo a diferença que ele pode fazer. Isso ajuda a que os políticos tomem mais consciência da necessidade de terem mais recursos nestas áreas.

Eu vou recrutar, vou duplicar a resposta que tenho nesta área por obrigação, porque tenho hoje responsabilidades nesta área que não tinha no passado, e não tenho dúvidas que o processo de descentralização for feito como está pensado, se for concretizado os Municípios terão de pelo menos duplicar os seus recursos. Não temos atualmente limites à contratação, temos um problema que não está resolvido: temos de posicioná-los num escalão remuneratório que não é aquele que os jovens desejam. Mas esse é um problema do país, não é exclusivo dos Municípios, a progressão na carreira não é uma coisa automática porque ela está limitada por lei.

Mas é um desafio e é também uma oportunidade.

## **Ana Valentim – Leiria**

Já partilhei a minha opinião sobre os Bairros Sociais. Temos em Leiria um Bairro que possui cerca de 30 anos, apelidado de Bairro da Integração, mas que de integração não tem nada. Foi construído no meio do pinhal, de eucaliptos, num terreno em declive, portanto, o Bairro da Integração, só tem o nome.

Confesso que, no âmbito do 2020 tínhamos a expectativa de existir financiamento para a construção de novos bairros, porque a nossa intenção era demolir o Bairro da Integração e construir noutros locais, que não fosse bairro.

A Câmara de Leiria há alguns anos atrás e recentemente, construiu aglomerados de três a quatro habitações perfeitamente inseridas nas freguesias rurais. Temos habitação social na Maceira, nos Parceiros, em Monte Redondo, na Ortigosa, na Barosa, e onde residem famílias de etnia cigana, sem que existam problemas de integração social.

Na minha opinião, esta deve ser a estratégia para a habitação social.

Em Leiria, vamos ter a possibilidade de reabilitar os Bairros Sociais e de lhes dar uma cara nova. E neste caso do Bairro da Integração de melhorar tudo aquilo que é o espaço público, com hortas comunitárias, com parques infantis. Como referiu aqui há pouco o Presidente da Câmara de Pombal, não podemos deixar de fazer as coisas porque temos receio que as famílias destruam ou que não se responsabilizem por aquilo que é o seu espaço de vivência. Vamos fazer, vamos melhorar, sem ter receio que as coisas não aconteçam de acordo com as nossas expectativas.

Vou dar-vos o exemplo do Canadá. Um país como o Canadá não tem habitação social, nem tem grandes problemas de âmbito social, mas eventualmente tem famílias num patamar económico muito alto e possui famílias com algumas dificuldades económicas. Então o que é que decidiram fazer? Que é algo que eu penso que seria impensável fazer-se no nosso país: construir casas para famílias ricas, bairros de luxo e no meio de um bairro de luxo constroem um ou dois lotes para famílias em situação mais vulnerável. O que é que acontece? Os filhos destas famílias vão frequentar precisamente os mesmos equipamentos, as mesmas escolas, vão ter as mesmas oportunidades. E se existia pobreza, ela acaba por se diluir.

Se isto vai ser possível num país com as nossas características? Vamos ver, estamos todos a trabalhar nesse sentido.

## **Diogo Mateus – Pombal**

Há bocadinho esqueci-me de responder à pergunta que o Professor Ricardo Vieira me colocou sobre o que é que mudou com estas políticas sociais para a comunidade cigana?

Já repararam que há muito mais mulheres ciganas a andar, a ter carta de condução? E porquê? Porque fizeram a escolaridade. E porque os maridos já permitem que elas guiem. É uma inovação. Já repararam que há muito mais miúdas menstruadas que andam nas escolas depois de terem este episódio, orgânico, normal, e que normalmente era motivo para saírem das escolas? E que continuam a fazer a frequência do seu ciclo? É uma inovação.

Temos hoje, já encontradas, uma diversidade de profissões na etnia cigana muito mais alargada do que tínhamos há uns anos atrás e acho que apesar de tudo há um, apesar de tímido, acréscimo no nível médio de escolaridade que a comunidade cigana tem.

Acho que se está a percorrer aqui algum caminho e a própria comunidade começa a perceber de facto que isto é um caminho que deve percorrer e que o deve desenvolver.

Sobre estas questões, os bairros sociais, a pergunta da Dra. Isabel Ferreira, eu acho que a primeira coisa que há a fazer é dar-lhes importância. Isto é, as pessoas perceberem que aquela é uma parte da cidade que precisa de ser tratada.

Eu percebi esta observação que agora a Ana [Valentim] aqui fez, eu temo é que a maior parte das cidades portuguesas não tenha dimensão suficiente para isto. Na região Centro do país, em 100 concelhos, só existem 27 agregados urbanos com mais de 8.000 pessoas. Portanto, disseminar isto vai ser bastante difícil.

Precisamos de Cidades com uma dimensão diferente para resolvermos este problema desta forma. Se bem que é uma forma de fazer.

Depois temos esta questão da importância. O que estamos a fazer?

Um dia recebo o Pastor da Igreja Evangélica dos Ciganos que me diz «vamos aqui fazer uma Semana de Oração e gostaríamos que o Senhor lá fosse». Eu lá fui num dia à noite, sabia que era o encerramento e fui lá. Saí do carro e estavam uns miúdos, os meus filhos andam na escola pública, com os ciganos, e eu tenho miúdos de etnia cigana que vão a minha casa, porque uma das minhas filhas é uma espécie de Che Guevara dos Ciganos, e percebi que o miúdo que tinha aí uns cinco anos, que estavam muito arranjadinhos a brincar numa poça de água, diz-me assim, devia ser o irmão mais novo da Josiane que é umas das miúdas que vai lá a casa: «o Senhor é o pai da Constança». No bairro social. Pensei assim: «Eu vou a tantas escolas, é muito raro um miúdo de 5 ou 6 anos dizer «o Senhor»!» Primeiro ponto. E entrei. Quando entrei os mais velhos que me reconheceram perguntaram: «O Senhor vem aqui?». Devem ter pensado, eles vêm aqui é uma rusga. «Eu vim aqui porque os Senhores me convidaram». Eu entrei numa sala onde estavam senhoras do lado esquerdo, do lado direito os homens, tínhamos o altar, o espaço era uma tenda de grandes dimensões, tinha muita gente. Isto era feito no bairro social. E o agradecimento daquelas pessoas porque o Presidente da Câmara às dez da noite lá quis ir agradecer à comunidade, e em especial agradecer à Igreja Evangélica o trabalho que tem feito ao longo de muitos anos, por exemplo no combate à toxicod dependência, a dirimir muitos conflitos entre maridos e mulheres, a ajudar nos processos formativos das crianças, foi importante, eles disseram-me e testemunharam isso.

Isto é uma coisa que é relativamente fácil de fazer.

Depois esta qualificação, que é os jardins, os parques infantis, a iluminação pública..., mas ao mesmo tempo exigir. Eu nunca vi nada na vida que pudesse evoluir onde não houvesse exigência. A exigência não tem de ser uma coisa mal-intencionada e desagradável para os outros. Tem de ser gradual, tem de ser feita em função das capacidades de adequação, de proporção que cada um tenha desde a partida.

Nós temos um bairro social que a comunidade que é mista, não há só ciganos e não há só pessoas não ciganas, e temos um outro, que é mais pequeno e que só tem elementos da comunidade cigana, que saíram essencialmente daquelas barracas que estavam encostadas ao rio Arunca, junto da EN1, e que por opção deles quiseram agrupar-se.

É muito mais difícil quando o bairro é só da comunidade cigana. Eu acho vai ser um processo que vai demorar algum tempo, nós agora abrimos concursos e as pessoas não ciganas não se candidatam para um bairro onde só haja ciganos. Não se candidatam. Portanto, é um processo que nós temos de olhar de uma maneira mais evoluída.

[...]. Sobre a questão do voluntariado, nós neste mandato temos talvez o dobro dos meios que tínhamos, porque temos 4 mediadores EPI's, vamos ter de resolver este problema dos Mediadores para a etnia cigana, tem que ser mais 2, mas eu queria suscitar aqui outra matéria que se calhar é de facto diferente daquilo que classicamente nós temos vindo a abordar. Tradicionalmente nós olhamos para estas matérias sociais e em muito poucos casos as enquadrámos no mundo das empresas, o mais radical que temos nestes casos é quando se entra nas Fundações, que não são empresas, mas têm um estatuto privado apesar de não lucrativo. Sabem qual é o único ponto que eu encontro comum a todos os projetos de inovação social que o governo apresenta, que a comunicação social apresenta? Sabem qual é o único ponto comum que eu encontro? São tudo empresas!

05 janeiro [2017], [Jornal] Público de anteontem. Um artigo que se chama «A inovação social. A nova forma de resolver problemas difíceis». Apresentam 5 propostas, um deles é a Academia de Código Júnior, nascido em 2013 que tem como objetivo melhorar o sucesso escolar dos alunos do ensino básico através da aprendizagem de programação informática. Também dá apoio a desempregados. É o primeiro título português de impacto social em Portugal, os títulos são uma espécie de ações negociadas numa bolsa especial, a Bolsa de Valores Sociais. Outro é a plataforma digital *Patient Innovation* que pretende criar uma rede de partilha à escala global entre os pacientes. O terceiro é o *Speak* um dos exemplos de inovação social que o governo elogia. Em 2015 venceu o *Big Impact Award* por ter desenvolvido um modelo de inclusão de imigrantes através do ensino de línguas e de culturas em cidades por todo o país. Do Porto vem outra prática, trata-se do Mundo A Sorrir, MAS, uma organização não governamental criada por um jovem dentista do Porto que trabalha na área da prevenção. Finalmente o *Coloread* que é aquele que desenvolveu o código universal da transformação das cores em símbolos por causa dos daltónicos.

A inovação não é apenas como é que vamos fazer e a quem. É o instrumento.

Esta é uma área nova, esta é uma área nova que se calhar também devemos estar um bocadinho despertas para elas.

Mas eu sugeria também, porque é também uma forma diferente de olhar para as coisas, eu acompanho a evolução que o *Milken Institute*, que é um Instituto da Califórnia, desenvolve sobre os modelos do *Best Successful Aging Cities* nos Estados Unidos (...) e que avalia um painel de cerca de 40 indicadores que vão de coisas tão diferentes como quanto tempo demora um idoso na sala de espera nas emergências [...] até a quantidade de restaurantes de *fast food* que existem nas suas imediações, ou as lojas de proximidade que existem num bairro, ou os programas que as comunidades locais, as autarquias locais desenvolvem para acolher e integrar melhor os idosos.

Portanto reparem, a leitura, a Europa não tem nada disto, os relatórios europeus que eu conheço têm uma coisa muito mais importante para os europeus que é quanto é que o país vai gastar, ou não vai gastar, porque há mais gente velha, e as oportunidades que se criam, emprego/desemprego, em vez de irmos à questão prática que é como é que se vai viver, e como é que isto se vai resolver e que oportunidades é que se vão criar. Andamos sempre aqui com estas coisas. Eu, de cada vez mais me inspiro nos modelos americanos [...] sob o ponto de vista prático é muito interessante. Porquê? Porque é uma questão objetiva.

Eu outro dia tive um problema [...] e tive de ir muitas vezes à fisioterapia [...] e pergunto a um dos senhores: «Vocês costumam ter pessoas aqui de vários tipos de acidentes, consegue descrever-me ou dizer-me se existe alguma tipologia de acidente que seja muito frequente nas pessoas mais velhas e que, por exemplo, coincida com alguma parte especial da nossa cidade?». Isto é uma pergunta complexa, mas em bom português é assim: «Onde é que os velhos caem?». «Não, por acaso não temos nada destas referências deste género».

Estas são as questões práticas. A calçada à portuguesa com chuva é horrível para os velhos. E para os novos. É muito bonito, é muito tradicional, é horrível para o meio urbano.

Eles [américa] têm uma leitura que é muito objetiva para este tipo de coisas. E isto é muito planeamento. É muita preparação da cidade que vai ser um espaço que vai acolher, tem de estar preparado para tudo isto, tem de ser pensado, ajuda o decisor, e não é apenas a questão reativa...

Acho que há aqui um espaço, e é um espaço que não tem sido muito preenchido porque é muito normal os tipos que desenham a cidade acharem que a malta das ciências sociais não tem nada a ver com isso.

É um modelo que importa muito. Isto é uma declaração que Daniel Keyne-man [...] que era o *Thinking Fast and Slow* – Pensar depressa e devagar, que era um homem que ganhou o prémio nobel da economia, e é de psicologia. E que

chegou à conclusão que o teorema de Bernoli estava todo errado porque o tipo da economia fazia sempre modelos em que as pessoas não mudavam opinião e pensavam sempre da mesma forma. Passados 200 anos. E arrasou com aquilo tudo. Porquê? Porque chegou à conclusão que os colegas do lado que estudavam economia nunca falavam com os tipos das ciências sociais e por isso desenvolviam mal os modelos e desenvolviam mal as coisas e os comportamentos separados eram todos enviesados.

Isto é outro desafio, académico, estas matérias interessam muito, e às vezes vale a pena juntar assim os grupos mais diversificados para terem aqui ideias que parecem conflitantes, mas depois conseguimos chegar lá.

Há aqui um campo completamente novo e quando virem estas coisas da inovação social, e esta conferência no final do ano vai ser muito interessante nisso, vejam se é ou não é isto. Na maior parte dos casos o processo começa a ser um processo que vai para um campo muito das empresas. Não significa, não tem nada a ver com o facto de as coisas se fazerem da mesma maneira ou fazerem de modo diferente, isto tem muito a haver com a falência financeira que existe das partes públicas e da forma como as coisas têm vindo a ser concretizadas. E hoje, a União das Misericórdias pensa nisto, a União das IPSS's pensa nisto, o Estado começa a pensar nisto, esta reunião é da conversa do Comissário Carlos Moedas com a Ministra, reparem, a Europa começa a pensar nisto, os meios financeiros começam a existir e, portanto, os desafios são múltiplos e acho que esta tradição histórica portuguesa nas matérias sociais pode nos dar um impulso gigantesco e por isso é que também a cimeira vem cá a Portugal. Porque de facto é um sítio onde há uma mais-valia extraordinária.

## **Cidália Ferreira – Marinha Grande**

De uma forma muito breve responder-lhe que no Concelho atuamos com todas as situações preventivas que vamos reconhecendo e atuamos no âmbito da educação, da formação, da empregabilidade, de todas essas áreas que são inerentes à sociedade.

No âmbito da educação temos feito a prevenção, temos políticas sociais de prevenção, os projetos de apoio desde zero anos de idade, à formação integral e universitária, e também uma formação pós vida académica até no sentido de reabilitar as pessoas para novas profissões, atuando no sentido de reformular aquilo que é a capacidade integradora da Marinha Grande, do Concelho.

Mas, sabemos que mesmo toda e qualquer intervenção preventiva há sempre falhas, há sempre algo que nós não conseguimos prever ou nós mesmo prevenido

não conseguimos resolver. É então nessas alturas que nós não esperamos, que nós criamos novos projetos, muitos deles que nascem das próprias IPSS's, para dar resposta aos problemas que identificamos. Agimos como um todo porque a preocupação é geral e é de todos.

As ações preventivas elas existem, mas como se sabe nem sempre atuando preventivamente, há sempre algo que se marginaliza e com as quais depois temos de ter uma atenção especial e é quando existem esses problemas que lhes damos essa atenção especial a esse problema para o resolvermos quando consideramos ser a altura própria, porque antes eles não existiam. É nesse sentido.

## **COMENTÁRIO AO FOCUS GROUP – NELSON ARAÚJO E RICARDO VIEIRA**

A Lei 75/2013 de 12 de setembro referencia a competência material das Autarquias Locais para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal que deve ser criado para o efeito ajustando a cada realidade social as políticas e orientações que são nacionais.

Até ao presente esta competência material atribuía aos Municípios a responsabilidade específica pela gestão dos Parques de Habitação Social, mas não se pode deixar de referir que a responsabilidade social dos Municípios sempre foi mais extensa porque estes sempre assumiram o seu papel subsidiário em relação à Administração Central, na ausência de respostas suficientes desta para com as fragilidades dos seus territórios.

Assim, em muitos Municípios encontramos com relativa facilidade programas específicos de apoio, sistemas de incentivos ou de subsídio seja a indivíduos (famílias) seja a entidades coletivas (sobretudo IPSS's) como forma de dar resposta a múltiplas carências sociais: educativas, culturais, económicas, etc.

Os problemas de exclusão/marginalização social sempre estiveram presentes na construção destes territórios, em particular daqueles que se tornaram, por força das suas características próprias, «cidades de chegada» para (i)migrantes: homens e mulheres que vieram de outros lugares em busca de melhores oportunidades de vida, como é o caso particular do concelho da Marinha Grande, como refere Cidália Ferreira, quando afirma que «Quando se pensa um pouco sobre a história do nosso concelho [...] verificamos que a Marinha Grande nasceu [quase que] de estrangeiros.»

De algum modo, o mesmo se poderá dizer dos restantes concelhos, ainda que com diferentes contextos e impactos. Mas é comum a todos eles, num passado recente, a cada vez maior chegada de cidadãos oriundos de outros contextos socioculturais e por diferentes razões. Ou até mesmo por opção deliberada dos próprios Municípios, perante a mais recente crise humanitária que trouxe às portas da Europa milhões de refugiados, como foi o caso do Município da Batalha para cujo Presidente

[...] a imigração é uma oportunidade. Sempre foi. Num concelho com 16.000 habitantes, como é o da Batalha, nós somos beneficiários [...] naquilo que é o nosso dinamismo económico, no nosso dinamismo cultural, das comunidades imigrantes que recebemos há vários anos, de vários pontos do mundo.

Ora, é precisamente com os grupos de migrantes pertencentes a minorias étnicas e culturais e, mais recentemente, com os grupos de refugiados e/ou deslocados que sempre se fizeram e fazem hoje mais sentir os efeitos da ausência de uma autêntica estratégia para a inclusão social.

Portugal, nos últimos quadros comunitários, foi aquele Estado-membro que mais fundos comunitários recebeu, também para estas áreas... E estamos mais ou menos na mesma. Não é um problema de dinheiro. Será seguramente um problema de estratégia! E de organização, enquanto Estado! E no fundo, preparação e conhecimento. (Paulo Batista Santos).

Na verdade, ainda que não o possamos dizer com todo o rigor científico, arriscamo-nos a afirmar que a larga maioria das ações realizadas a partir das Autarquias Locais, pretensamente, para a inclusão social, se traduzem apenas num esforço por colmatar deficiências nas respostas sociais do Estado às carências dos indivíduos e das famílias, numa perspetiva demasiadamente assistencialista, poucas das vezes verdadeiramente interventora para a (re)configuração da sociedade, para a sua (trans)formação (Vieira, A. e Vieira, R., 2016) ou, como afirmava Mariana Nunes, «a sociedade usa ‘pensos rápidos’, remediamos os problemas consoante as necessidades momentâneas».

Só mais recentemente este paradigma das políticas locais tem sofrido uma inversão com alguns Autarcas a assumirem que o papel das Autarquias deve ser, no presente e para o futuro, mais preponderante na (re)construção dos laços sociais, como dá conta Paulo Baptista Santos, ao sublinhar que «os autarcas hoje ou compreendem que os desafios são sobretudo desafios de natureza social, de natureza da educação, destes problemas que estamos a discutir, ou estamos desfasados daquilo que é a nossa comunidade».

Este FG permitiu, efetivamente, alargar a reflexão e as racionalidades de cada um dos participantes. Investigadores (moderador e observador) e plateia formularam novas questões que fizeram refletir os 4 autarcas envolvidos bem como buscar novas compreensões e respostas ainda não tecidas anteriormente.

Conscientes de que o estudo multicase destes Municípios é o que nos permite ganhar uma «leitura tridimensional e ilustrará relações, questões micropolíticas e padrões de influências num contexto particular» (Bell, 2010: 24), importante para se perceber de que modo, e mesmo em comparação com a experiência de outros territórios, as políticas sociais são ou não inclusivas, são ou não provocativas de novos contextos inter(multi)culturais, promovemos este focus group realizado com dois grandes objetivos específicos: a) conhecer a realidade particular destes quatro concelhos, enquanto territórios sociais autónomos, e b) conhecer o pensamento e a ação daqueles que têm essa responsabilidade primeira na definição e implementação de medidas, de planos, de ações concretas de intervenção social e, de algum modo, de mediação intercultural e comunitária.

Neste contexto, a mediação comunitária e intercultural é eminentemente um processo na e para a construção de Comunidades, que visa numa perspetiva da ética da hospitalidade [# tolerância], a inclusão [# integração] de todos os Indivíduos num Todo [não apenas em partes] que constitui a realidade social de um Território, seja ele local, (inter)regional ou (trans)nacional, pressupondo «um avanço na desejada coesão social, [na busca por] terceiros lugares de entendimento entre posições às vezes extremadas [...] mas que são já relações de discórdia e de alguma tensão social» (Vieira, R., Vieira, A., 2016, pp. 29-32).

Pelo contrário, parece ter prevalecido no desenvolvimento dos modelos de intervenção social a partir das Autarquias uma orientação política que sublinha mais a tolerância que a hospitalidade. Aqueles que foram chegando, migrantes, refugiados, deslocados ou minorias étnicas, foram sendo acolhidos na perspetiva de serem ajudados a integrar-se e a fazer parte do modelo de vida da comunidade. E quando isso não foi possível, o caminho mais fácil foi o da sua guetização, em bairros sociais criados especificamente para o efeito, atenuando assim o sentimento de culpa dos decisores políticos perante a falta de condições humanas em que muitos indivíduos, famílias e grupos, viviam.

A Vereadora Ana Valentim, traduziu de uma forma muito viva esta realidade quando afirmou que

Temos em Leiria um Bairro que possui cerca de 30 anos, apelidado de Bairro da Integração, mas que de integração não tem nada. Foi construído no meio do pinhal, de eucaliptos, num terreno em declive, portanto, o Bairro da Integração, só tem o nome.

Também Diogo Mateus, presidente da Câmara Municipal de Pombal, que durante décadas teve uma extensa comunidade cigana a viver em barracas na periferia da cidade, se exprimiu no mesmo sentido:

houve, em muitos casos, uma resposta, que foi integrá-los em meios urbanos, porque, lembro-me em Pombal, houve tentativas de colocá-los em meio mais rural e a população rural entendeu «nem pensar!» e tocou o sino da igreja e nunca mais se encontrou solução. Demorou muitos anos até se encontrar esta solução, tinha que ser uma zona urbana e que não podia afastar demasiado. Mas o problema continua a existir. O problema da localização é apenas o da localização.

Mas é Paulo Batista Santos quem de uma forma mais contundente aponta o dedo a essa política de integração social que foi mal conduzida:

... a solução que o país teve [...] noutros bairros sociais não foi solução. Porque só agravámos o problema. Criámos fenómenos de exclusão. Desse ponto de vista, também, acompanho muito aquilo que foi dito aqui e há um trabalho que temos de realizar, que temos de transformar esta opção de juntar pessoas pela etnia, pelo seu grau de risco, pela sua marginalidade, em soluções mais integradoras. Isso não está adquirido.

Foi preciso fazer um longo caminho para se dar esse passo em frente e assumir que para além do integrar, é preciso incluir, para além de tolerar, é preciso acolher e estar recetivo ao que os outros, os que não são «Nós», nos podem aportar enriquecendo e (trans)formando a nossa identidade, porque «con-viver exige aceitar e explorar diferenças, entender que todas as pessoas são portadoras de riqueza e estar disposto a partilhá-la» (Torremorell, 2008: 83).

Neste sentido, os quatro intervenientes coincidem na consciência social e política que têm da importância de se mudar de paradigma na intervenção social, com o foco a ser colocado no *empowerment* dos parceiros sociais e das redes locais, atendendo à escassez de recursos humanos e, sobretudo, à ausência de competências socioprofissionais específicas para a sua implementação.

Temos de reconhecer que as entidades públicas, onde se inserem os Municípios, possuem alguma dificuldade em intervir em determinados territórios e por esse motivo delegam nas Instituições. É essa a base da cooperação entre o Estado e as Instituições. (Ana Valentim).

Neste sentido, seria importante que estes Municípios, enquanto entidades públicas que se confrontam diariamente com a questão da diferença e da diver-

sidade, com o choque cultural e o conflito nos seus territórios, apostassem em projetos como o MISP – Mediação Intercultural em Serviços Públicos (conf. ACM – <https://www.acm.gov.pt>) –, que, timidamente, vão sendo implementados em Portugal, em outros concelhos.

Estes, sendo promovidos pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), em cooperação com as Autarquias, consistem numa mediação intercultural de enfoque comunitário, onde se destaca o papel das autarquias enquanto estruturas privilegiadas para a promoção, no plano local, da coesão social e da convivência intercultural (Giménez, 2010), assumindo também um importante papel na gestão próxima da diversidade sociocultural, nomeadamente com a mobilização e participação de todos os protagonistas locais, públicos e privados, organizações e indivíduos.

Este projeto visa mudanças estruturais (não apenas conjunturais) nas instituições e nos serviços, quer no âmbito da sua eficiência, quer da sua eficácia, ajudando a promover a participação cidadã e social de todos os cidadãos e a interação construtiva entre os diferentes grupos de cidadãos tendo em conta as necessidades detetadas, contribuindo para o sentido de pertença, para a coesão social e grupal, potenciando ainda os aspetos em comum, considerando que as comunidades são cada vez mais diversas. Um processo de mediação que sendo de cariz preventivo não deixa também de considerar a necessidade de intervenção para a regulação/resolução da conflitualidade manifesta e latente no território de intervenção, designadamente respondendo a situações pontuais sinalizadas.

Concluimos com a certeza de que fica para futuro o desafio em ordem a um estudo mais aprofundado, de investigação social, para:

- Caracterizar as políticas locais para a inclusão social de minorias étnicas e migrantes;
- Caracterizar a mediação intercultural em contexto de serviços públicos;
- Definir o lugar da mediação para a construção de território(s) inter(multi)culturais;
- Identificar projetos (existentes) potenciadores das políticas locais de inclusão social;
- Desenhar novas propostas de políticas para inclusão social.

Porque, se a inclusão tem sido um dos objetivos centrais da política social dos estados europeus, a que Portugal não é exceção, sendo esta uma problemática central no contexto de sociedades marcadas pelo processo desencadeado pela volatilização do mercado de trabalho e pela assunção reflexiva das identidades dos indivíduos e dos grupos, a verdade é que ela está ainda longe de ser a pri-

meira prioridade na definição das políticas de governação local, nos territórios concretos onde, de facto, se «con-vive» diariamente com esta problemática.

Esta investigação resulta do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social de que a Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria é pioneira. Não podíamos, por isso, encerrar este capítulo sem deixar aqui expresso um aspeto que é essencial para a construção de um futuro que se quer melhor para todos, de uma forma inclusiva: a importância do trabalho académico, da investigação científica enquanto alicerce e suporte do trabalho no terreno e enquanto «candeia que vai à frente» e que assim «ilumina duas vezes», ou como bem afirmou o presidente Paulo Batista Santos:

O desafio que [lhe] faço é que a Escola também saia das suas paredes, vá ao terreno, apresente o trabalho que está a fazer nestas áreas e sobretudo a diferença que ele pode fazer. Isso ajuda a que os políticos tomem mais consciência da necessidade de terem mais recursos nestas áreas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A.A. V.V. (2008). *Mediación Intercultural: una propuesta para la formación*. Madrid: Editorial Popular.
- BELL, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- CARIDE, J. (2016). La Mediación como Pedagogia Social: viejas realidades, nuevos retos para la intervención social. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 13-26). Porto: Afrontamento.
- COHEN-EMERIQUE, M. (1997). La negociación intercultural, fase esencial para la integración de los inmigrantes. In *Hombres y migraciones: todo tipo de mediaciones, Cuaderno de formación*. Sevilla: Edit Acoge.
- CUNHA, R., ALCOBIA, C. e ALVES, N. (2017). Boas Práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Conceções e Práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 87-102). Porto: Afrontamento.
- DEBUS, M. (1997). *Manual para excelência en la investigation mediante grupos focales*. Washington: Academy for Educational Development.
- FARIA, S. e VIEIRA, R. (2016). Epistemologia e metodologia em mediação e ciências sociais. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 105-124). Porto: Afrontamento.
- GALEGO, C. e GOMES, A., (2005). Emancipação, Ruptura e Inovação: o *focus group* como instrumento de investigação. In *Revista Lusófona de Educação*. 5. 173-184.
- GIMÉNEZ, C. (1997). La Naturaleza de la Mediación. *Revista MIGRACIONES*, n.º 2, pp. 25-160.

- GIMÉNEZ, C. (2010). *Interculturalidade e Mediação*. Lisboa: ACIDI, IP.
- JARES, X. R. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições.
- MARQUES, J. (2017). Migrações Internacionais: algumas notas sobre a fronteira no processo migratório. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Conceções e Práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 11-28). Porto: Afrontamento.
- MARQUES, J.; FARIA, S.; SILVA, P.; VIEIRA, R.; e LOPES, S. (2016). A prática da investigação no estudo da interculturalidade. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 125-156). Porto: Afrontamento.
- MILAGRE, C. e RODRIGUES, C. (2017). Mediação Intercultural: participação dos atores Locais para a coesão social. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Conceções e Práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 75-86). Porto: Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, pp. 11-32.
- SILVA, P.; MARGARIDO, C.; PIMENTEL, L. e SANTOS, R. (2016). Mediação e Intervenção; Famílias, Grupos e Comunidades. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 179-217). Porto: Afrontamento.
- TORREMORELL, M. C. B. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança social*. Porto Editora.
- VIEIRA, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições.
- VIEIRA, A. e VIEIRA, R. (2008). A entrevista em Grupo: formas de desocultar representações e práticas de ser mediador escolar. In F. Cruz (Org.), *Actas do III Congresso Internacional de Etnografia*. Cabeceiras de Basto: AGIR.
- VIEIRA, A. e VIEIRA, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans) formações*. Porto: Profedições.
- VIEIRA, A. e VIEIRA, R. (2017). Mediações Socioculturais em Territórios Educativos. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Conceções e Práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 29-55). Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, R. e VIEIRA, A. (2015). Fronteiras da Identidade, Mediação Intercultural e Trânsitos do Self. In A. Nascimento e J. Backes, *Intermulticulturalidade, relações étnico-culturais e fronteiras da exclusão* (pp. 229-258). São Paulo: Mercado das Letras.
- VIEIRA, R. e VIEIRA, A. (2016). Mediações socioculturais: conceitos e contextos. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva, A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 27-56). Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, R. e VIEIRA, A. (2016). Mediações socioculturais: conceitos e contextos. In R. Vieira; J. Marques; P. Silva; A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 27-56). Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, R., MARGARIDO, C. e MARQUES, J. (2013). *Partir, Chegar, Voltar... Reconfigurações Identitárias de Brasileiros em Portugal*. Porto: Afrontamento.